OPINIÃO

Como os EUA podem se olhar como 'referência'?

Li Yang, cônsul-geral da China, página 2

OPINIÃO

É nosso dever parabenizar os contadores pelo seu dia

Bruno Portnoi, página 2

Monitor mercantil

Rio de Janeiro, terça-feira, 22 de setembro de 2020

ANO CVII - Nº 28.715

R$ 1,50 (Rio de Janeiro)

R$ 3,00 (outros estados)

Siga twitter.com/sigaomonitor

Acesse monitormercantil.com.br

ISSN 1980-9123

Brasil aparece no escândalo mundial de lavagem de US$ 2 tri

Registros mostram pouca importância dos bancos e dos EUA a avisos de irregularidades

David Drascic/CC

Ações do HSBC na Bolsa de Hong Kong atingiram o menor nível desde 1995

Uma investigação de 16 meses realizada pelo Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICIJ), BuzzFeed News e 108 veículos da mídia em 88 países descobriu que o HSBC forneceu serviços bancários a supostos criminosos, golpistas de Ponzi, empresas de fachada vinculadas a fundos governamentais saqueados e intermediários financeiros para drogas traficantes.

Registros vazados mostram que o HSBC processou pelo menos US$ 31 milhões, entre 2014 e 2015, para empresas que posteriormente revelaram ter movido fundos roubados do governo do Brasil.

A investigação, chamada FinCEN, descobriu que a filial altamente lucrativa do HSBC em Hong Kong (cerca de metade dos lucros do banco, nascido no século 19 então protetorado britânico e hoje com sede em Londres, vem de lá) desempenhou um papel fundamental em manter o fluxo de dinheiro sujo.

FinCEN é a sigla do escritório de inteligência dentro do Departamento do Tesouro dos EUA, conhecido como Financial Crimes Enforcement Network. Os jornalistas alertam que relatórios de atividades suspeitas refletem as preocupações dos vigilantes dos bancos e não são necessariamente evidências de qualquer conduta criminosa ou transgressão. Os arquivos contêm informações sobre transações datadas entre aos anos 2000 e 2017 que foram sinalizadas por instituições financeiras como suspeitas para as autoridades dos Estados Unidos, conhecidas pela sigla SAR. Os dados envolvem US$ 2 trilhões em transações.

Em nota ao ICIJ, o HSBC defendeu as mudanças que o banco fez sob a supervisão a partir de 2012. "O HSBC é uma instituição muito mais segura do que era em 2012."

Alexis Grullon, ex-diretor de conformidade que monitorou atividades suspeitas internacionais nos escritórios do HSBC em Nova York de novembro de 2012 a agosto de 2014, disse aos jornalistas que um componente-chave de seu trabalho era enviar SARs ao governo federal, mas que os relatórios pouco faziam para impedir as atividades suspeitas dos clientes. "Por que estamos arquivando SARs?" Grullon se lembra de ter se perguntado. "A conta ainda está aberta. Nada está realmente sendo feito."

Governo exclui 5 milhões de MEIs do auxílio emergencial

O Brasil tem aproximadamente 5,7 milhões de Microempreendedores Individuais excluídos do auxílio emergencial pelo governo. Os dados são da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae).

Criado em março como uma "medida excepcional de proteção social" para o enfrentamento da pandemia, o auxílio é direcionado principalmente a Microempreendedores Individuais, desempregados, trabalhadores informais e mães provedoras de família monoparental.

O MEI é uma forma de permitir aos trabalhadores informais atuarem dentro da legalidade, com uma carga tributária, inclusive previdenciária, reduzida. O faturamento máximo é de R$ 81 mil por ano e só pode contratar um empregado.

Para os MEIs, contudo, o benefício só chegou à metade da categoria. O Brasil tem 10,7 milhões de cadastros de MEIs, de acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Mas o auxílio emergencial foi concedido só para cerca de 5 milhões de microempreendedores individuais, segundo dados oficiais divulgados pelo Ministério da Cidadania.

O presidente da Fenae, Sérgio Takemoto, reforça a análise: "É um recurso necessário tanto para a sobrevivência destes trabalhadores como para a manutenção da atividade econômica. Garantindo-se a renda das pessoas, elas vão gastar no supermercado, na farmácia, na padaria e os recursos vão aquecer a economia. Esse dinheiro volta e gera receita para o país."

Além dos milhares de MEIs excluídos do auxílio emergencial, outros 6 milhões de brasileiros deixarão de receber o benefício. Na última quarta-feira, decreto de Bolsonaro regulamentou a concessão do chamado "auxílio residual", reduzido para R$ 300. O Executivo também endureceu as regras para a manutenção do benefício até dezembro e apenas parte dos beneficiários continuará tendo acesso aos recursos.

Projeto do PT coloca Estado à frente de um novo desenvolvimento

"Este não é um plano de um partido, é um plano de nação, para as pessoas que não aguentam mais viver do jeito que estão vivendo", afirmou o ex-presidente Lula ao encerrar o encontro de lançamento do Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil.

O PT e a Fundação Perseu Abramo apresentaram as propostas nesta segunda-feira, com o objetivo de "salvar vidas, gerar empregos e renda, desenvolver a economia nacional, radicalizar a democracia hoje ameaçada, promover a soberania e construir um novo país".

As propostas pressupõem uma nova orientação para a nação brasileira, baseada na ampliação da igualdade, das liberdades, da soberania, na qual o Estado assuma o papel principal de indutor do desenvolvimento de um novo tipo.

O PT prega a conciliação da preservação ambiental com produção agrícola, promoção da Reforma Agrária e apoio à agricultura familiar. No meio ambiente, se associa às propostas de um Green New Deal, um novo "pacto verde" que facilite a transição ecológica para uma economia de baixo carbono.

Outro ponto é a efetivação de uma Reforma Tributária justa, solidária e sustentável, marcadamente progressiva, com taxação de grandes fortunas e dos rendimentos financeiros, de lucros e dividendos.

Senado chama Araújo e emite nota de repúdio a visita de Pompeo

O ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, se comprometeu a comparecer ao Senado nesta quinta-feira, às 10h, para explicar a visita do secretário de Estado dos Estados Unidos, Mike Pompeo, a Roraima, realizada na última sexta-feira.

O pedido para ouvir Ernesto Araújo partiu do senador Telmário Mota (Pros-RR), após ouvir as ponderações de outros senadores. Um grupo tentava derrubar as reuniões da Comissão de Relações Exteriores (CRE) do Senado marcadas para esta segunda-feira como retaliação à visita. A CRE então decidiu sabatinar diplomatas indicadores para embaixadas brasileiras. Os senadores também aprovaram uma nota de repúdio à visita de Pompeo e aos ataques do secretário estadunidense à Venezuela.

"Na hora do pico da crise migratória, os Estados Unidos não ajudaram. Agora que resolvemos, chega o 'seu' Pompeo e oferece uma migalha de US$ 30 milhões. E de lá detona dizendo que vai derrubar o [presidente da Venezuela Nicolás] Maduro. O Brasil não é colônia dos Estados Unidos. Isso fere a nossa soberania", criticou Telmário, segundo a Agência Senado. O secretário foi acusado de fazer campanha pró Trump.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,4000
Dólar Turismo	R$ 5,3830
Euro	R$ 6,3518

Cotações das moedas fornecidas pela plataforma BomCâmbio

IGP-M	2,23% (julho) 2,74% (agosto)
IPCA-E RJ (fev.) SP (set.)	 0,25% 1,32%
Iuan	R$ 0,7956
Ouro (gr)	R$ 336,00
Selic	2%
Hot Money	0,82% a.m.

Balança acumula superávit de US$ 41 bi

A balança comercial brasileira registrou superávit de US$ 1,506 bilhão e corrente de comércio de US$ 7,208 bilhões, na terceira semana de setembro de 2020, como resultado de exportações no valor de US$ 4,357 bilhões e importações de US$ 2,851 bilhões. Os dados foram divulgados pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia.

No ano, as exportações totalizam US$ 150,717 bilhões, e as importações, US$ 109,642 bilhões, com saldo positivo de US$ 41,075 bilhões e corrente de comércio de US$ 260,359 bilhões.

As exportações tiveram queda de 1,3% quando comparadas as médias diárias até a terceira semana de setembro de 2020. Nas importações, a média diária até a terceira semana de setembro de 2020 ficou 25,6% abaixo da média de setembro do ano passado.

Estados podem impor segurança em caixas

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3155, ajuizada pelo então governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, contra lei estadual que torna obrigatória a instalação de itens de segurança em caixas eletrônicos de instituições financeiras. Por unanimidade, a Corte entendeu que os estados da federação têm competência para legislar em defesa e em proteção dos consumidores locais.

Na ação, o governador alegava que a matéria é de competência da União, por se tratar de instituições financeiras, cujo funcionamento depende de autorização do governo federal. O voto do relator, ministro Marco Aurélio, orientou o entendimento da Corte pela improcedência do pedido. Para ele, deve-se homenagear, tanto quanto possível, a autonomia dos entes federativos.

Como os EUA podem se olhar como 'referência'?

Alguns políticos americanos acreditam ignorantemente que os Estados Unidos da América são a referência do mundo em todos os aspectos, como política, economia, tecnologia, cultura, valores e estilo de vida, e que os outros países devem aprender com eles e até aceitar sua liderança e iluminação. Vejamos, então, como a realidade ridiculariza esse pensamento doentio.

Os EUA não têm a verdadeira democracia que o seu povo necessita. A democracia americana já é demasiada "cara" e se tornou um jogo de dinheiro entre a minoria rica, famílias políticas e grupos de interesse. Gasta-se um incontável valor em campanhas eleitorais, mas não tem verba para reparar infraestruturas arruinadas, nem para ajudar o grande número de moradores de rua.

A democracia americana é extremamente decorativa, que pode ser comprovada pelas eleições presidenciais. Os eleitores não conhecem a capacidade e ética dos candidatos, e a votação torna-se uma formalidade e aposta. O custo da democracia americana é demasiado alto, pois o líder supremo eleito ou representa apenas uma parte da população, causando graves atritos políticos internos no país, ou falta a necessária capacidade de liderança, tendo pouco conhecimento de como governar o país.

Direitos humanos norte-americanos são quase sinônimo de terrorismo nacional

Em uma grande disputa na eleição, as consequências podem ser trágicas. Além disso, a democracia americana traz sofrimento profundo ao mundo. Todos os países onde a "democracia" é imposta pelos EUA, por força ou através das revoluções coloridas, caíram em tumultos e desastres.

Pode-se dizer que os direitos humanos estadunidenses estão no nível mais baixo da humanidade. Veja a história escura dos antepassados americanos que faziam tráfico de escravos, massacraram e saquearam os índios, oprimiram e discriminaram minorias étnicas. Veja a "grandiosidade" estadunidense que iniciou várias guerras desde a sua fundação, causando numerosas vítimas civis em outros países, e até eliminando dirigentes de outros países. Veja o caos contínuo causado pelas atrocidades racistas nos EUA e o desdém apático dos políticos com os pedidos por igualdade.

Veja as ações impiedosas tomadas no país no combate à Covid-19, de priorizar os interesses políticos e econômicos e de entreter com mentira a saúde e a segurança de vida do povo. Veja a política desumana americana de separar à força muitas crianças dos seus pais sob o argumento de combate à imigração ilegal. Veja também os atos bárbaros estadunidenses como detenção e expulsão de especialistas, acadêmicos e estudantes estrangeiros em nome da segurança nacional.

O que ainda podemos esperar dos direitos humanos e da igualdade dos EUA? Trata-se de um consenso na comunidade internacional de que os EUA possuem o pior recorde de direitos humanos no mundo, que é quase sinônimo de terrorismo nacional!

A liberdade americana é a mais irônica: sem liberdade necessária, mas inundada com liberdades que não deviam existir. A correção política hipócrita deixa a população totalmente confusa. Recentemente, devido à pronúncia da palavra chinesa "na ge" (significa "aquele"), muito usada em mandarim, ela tornou-se uma palavra de "uso com cautela" nos EUA. Isso não é uma violação da liberdade dos chineses americanos e dos cidadãos chineses nos EUA?

No entanto, quando mais do que nunca se precisa da ordem, como no caso do combate à Covid-19 nos EUA, em que todo o mundo precisa adotar voluntariamente as necessárias medidas de isolamento social para reduzir contatos pessoais e reduzir a taxa de infecções, as pessoas valorizam sua "liberdade" mais do que nunca. Como resultado, muitas pessoas desobedecem as ordens da quarentena, se recusam a usar máscaras e até realizam intencionalmente chamadas "festas da Covid-19", contaminando pessoas e causando a morte de muitas delas!

Isso não é liberdade, mas estupidez e egoísmo irresponsável para consigo mesmo, sua família e com os outros! Isso demostra que falta aos EUA o espírito de união e autodisciplina, que é obrigatório para uma potência e uma sociedade saudável.

A governança social dos EUA é provavelmente pior que a de alguns países em desenvolvimento! Drogas, pornografia, máfia e armas encontradas em todos os cantos dos EUA levaram à degeneração da sociedade, à grave deterioração da segurança pública e à intensificação sem precedentes de conflitos. Portanto, embora os EUA tenham um vasto território, muitos lugares são inadequados para as pessoas normais morarem e viverem.

Sr. Fukuyama, autor da "teoria do fim da história", apontou recentemente mais um problema crônico na governança social americana. O excesso grave e a qualidade profissional demasiado baixa dos servidores públicos americanos causam declínio da qualidade dos serviços públicos. A terceirização de serviços públicos pelo governo intensificou a ociosidade dos servidores públicos, causando insatisfação da população e aumento dos conflitos sociais.

Hoje, na China, a maioria dos serviços públicos podem ser facilmente resolvidos pelos cidadãos de casa pela internet, o que é inimaginável nos EUA. Conforme uma recente reportagem, os residentes comunitários americanos tinham que esperar na fila em frente ao departamento de trânsito para tratar de assuntos referentes a seus veículos, sem garantia nenhuma de que seriam atendidos no dia seguinte, o que é intolerável! Este é um exemplo da baixa qualidade da administração social americana.

Os EUA continuam a ter vantagens óbvias na economia, ciência e tecnologia, no entanto, se um país tiver problema com seus espíritos e valores, não conseguirá sustentar o seu desenvolvimento nem manter sua vantagem para sempre.

Na sociedade atual dos EUA, não existe mais entusiasmo de lutar pela vida, enquanto é bem popular o interesse pelo lucro, o que está intimamente relacionado à desindustrialização e financeirização de riquezas. Se a alienação da democracia americana e a discriminação racista sistemática continuarem a avançar na direção da perda de controle, não só será difícil atrair elites e talentos estrangeiros para os EUA, como também acontecerá fuga de intelectuais americanos ao exterior, o que tirará o forte suporte de inteligência do desenvolvimento econômico e tecnológico do país.

Os EUA, que colhem as riquezas de outros países com dólares americanos, saqueiam os recursos de mercado com barbaria e insultam os fracos e dissidentes pela força militar, já foram expulsos do altar moral. A comunidade internacional não vai tolerar por muito tempo o bullying e a exploração de países como os EUA, cuja economia e tecnologia naturalmente enfrentarão uma "perda de sangue".

Os políticos estadunidenses que não param de denegrir a imagem chinesa e gesticular para dar ordens à China, bem como tentar todo o possível para isolar e suprimir a China, são na verdade demasiado narcisistas. O desenvolvimento chinês segue a tendência da época, e está profundamente comprometido com as expectativas do povo.

Países como os EUA, que estão no lado errado da história, não são qualificados para serem "professores" da China, nem conseguirão impedir os passos de seu avanço! No futuro, a China se tornará em uma potência socialista próspera, democrática, civilizada, harmoniosa e bela, cujos sucessos domésticos e contribuições internacionais excederão muito a imaginação desses políticos americanos!

❑ **Li Yang**

Cônsul-geral da China no Rio de Janeiro.

Um Cavalo de Troia na LGPD

Podemos enfim comemorar. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) que regulará o tratamento de dados pessoais, veio enfim ao mundo (18/9). Porém, ao estabelecer como todos nós poderemos exercer nossos direitos, ela traz em sua redação um desafio que oscila entre o inexequível e o temerário.

Inexequível ao determinar que o responsável pelo tratamento deverá, de modo imediato, responder à requisição do titular. Qualquer europeu que está vivenciando por lá o verdadeiro calvário que é responder tais requisições, mesmo um simples "sim/não" sobre a existência de dados em suas bases, deve estranhar nossa lei.

Temerário pois na continuação do previsto na LGPD, em princípio sem chance de prorrogação, há o prazo de 15 dias para "por meio de declaração clara e completa, que indique a origem dos dados, a inexistência de registro, os critérios utilizados e a finalidade do tratamento". E é aí que reside mais um grande risco e problema.

Tomado isoladamente, pode assim não parecer. Apesar do ineditismo da LGPD para nós, temos uma lei equivalente na Europa em vigor desde maio de 2018, o GDPR (General Data Protection Regulation). Contextualizando, em maio de 2020, a Sapio Research levantou que no Reino Unido apenas 52% das requisições dos titulares de dados são atendidas dentro dos 30 dias iniciais. Lá, diferente daqui, o prazo é de 30 dias, prorrogáveis por mais 60 dias. Fazendo uma simples "regra de três" comparativamente seriam otimistas míseros 26% de solicitações atendidas dentro do prazo da LGPD. Os 74% restantes?

Um risco concreto de ações judiciais a caminho, uma vez que sequer dispõe-se nesse momento da instância administrativa da ANPD para se valer o titular, pois também está previsto na LGPD que esse tem o direito de peticionar junto a ela em relação aos seus dados contra o agente de tratamento. E os custos das potenciais ações não devem ser considerados desprezíveis nem estas, improváveis.

Some-se a isso que o custo médio de uma requisição, ainda segundo o estudo da Sapio, é de US$ 6.330, algo em torno de R$ 33 mil. Acrescente-se no futuro o custo das sanções, por enquanto suspensas, pois a lei como hoje está prevê que só poderão ser aplicadas a partir de agosto de 2021. Entretanto, como se pode observar, as eventuais sanções se tornam "um mero detalhe", e o fatiamento da LGPD com a eficácia de todos os dispositivos desde já exceto os que preveem as sanções pode levar à falsa sensação que "se ganhou tempo", e não é o caso.

Requisição do titular: inexequível e de alto custo, como mostra lei europeia

Talvez tenhamos uma "tempestade perfeita" surgindo no horizonte. Em meio a merecida comemoração, precisamos discutir esses pontos, sob pena de termos efeitos à credibilidade da própria lei e uma oneração ainda não prevista pela grande maioria do empresariado, que sequer sabe sobre a existência da LGPD.

A segurança jurídica desejada com a LGPD para os setores público e privado é inadiável para o alinhamento do Brasil em relação ao resto do mundo. Ao mesmo tempo, a garantia efetiva dos direitos de todos nós, cidadãos e titulares de dados, precisava, de fato, ser urgentemente estabelecida.

Mas esse equilíbrio exige que sejam considerados todos os aspectos práticos envolvidos: técnicos e administrativos, inclusive. A persistir como está, um único artigo da LGPD pode vir a feri-la gravemente. Uma construção de anos, ser comprometida.

Urge, pois, que esse verdadeiro "Cavalo de Troia" seja desmontado o quanto antes, sob pena de virarmos no final do dia troianos atacando a si mesmos.

❑ **Marcilio Braz Jr.**

Profissional em Privacidade e Proteção de Dados, advogado, fundador da Privacy Academy.

O que podemos aprender com os contadores

Muitos podem não saber, mas o contador, celebrado neste 22 de setembro, eêm contribuído, cada vez mais, não apenas para o aprimoramento da gestão e governança corporativa, como para a transparência e integridade, anseios irreversíveis da sociedade contemporânea. Exemplo muito claro da relevância e ampliação do significado de seu trabalho verifica-se no cenário da pandemia da Covid-19, que desestabilizou pessoas e empresas de seus eixos.

Hoje, em todas as frentes, seja atuando na preparação de balanços contábeis, no atendimento a pessoas físicas ou desempenhando a função de auditores independentes, os contadores operam cada vez mais como consultores e orientadores de boas práticas. Muito do tempo que despendiam anteriormente com tarefas manuais (como as entregas fiscais), converteu-se em conhecimento, capacidade analítica e crítica e melhor uso de suas habilidades – indispensáveis neste momento atípico que vivemos, no qual as tomadas de decisão devem ser rápidas e assertivas.

Parte desses créditos vai para o Certificado Digital, que aplica-se de maneira muito adequada e pertinente à contabilidade, conferindo praticidade e segurança no cumprimento de obrigações tributárias e acessórias de empresas, à declaração do Imposto de Renda de Pessoas Físicas, à interação com autoridades e organismos reguladores, assinatura digital de documentos, além de outros benefícios. Por meio desta tecnologia, essas interações podem ser feitas no meio virtual, com apenas alguns cliques e total respaldo jurídico.

Sem dúvidas, o cenário atual é de desafio imenso para os contadores. Felizmente, os profissionais e empresas do setor, em mais uma demonstração do grau de excelência que a atividade atingiu no país, têm conseguido fazer frente à inusitada demanda, fazendo o possível para contornar e enfrentar crise sem precedentes. Mais do que nunca a contabilidade foi sinônimo de resiliência e com certeza, depois que tudo isso passar, assim será lembrada. Diante de tudo isso, é nosso dever parabenizar os contadores por este dia e agradecer-lhes por toda a dedicação ao ofício.

❑ **Bruno Portnoi**

Diretor de Marketing e Vendas da Certisign.

Acurcio Rodrigues de Oliveira (em memória)
Diretor-Presidente

Marcos Costa de Oliveira
Diretor de Redação

Monitor mercantil
Empresa jornalística fundada em 1912

Administração/Redação/Oficinas
Rua Marcílio Dias, 26 - CEP 20221-280
Telefone: (21) 3849-6444

Monitor Mercantil digital
www.monitormercantil.com.br

Correio eletrônico
Redação:
redacao@monitormercantil.com.br
Negócios e Empresas
empresas@monitormercantil.com.br
Monitor Financeiro:
monitorfinanceiro@monitormercantil.com.br
Pautas:
pautas@monitormercantil.com.br
Cartas:
cartas@monitormercantil.com.br
Publicidade:
publicidade@monitor.inf.br
Gráfica:
grafica@monitormercantil.com.br

São Paulo
Administração/Redação/Comercial
Avenida São Gabriel, 149/902
Itaim - CEP 01435-001
Telefones: (11) 3165-6192
(11) 3165-6233 / 3165-6252
Fax: (11) 3168-6817
Correio eletrônico: monitor.interpress@hipernetelecom.com.br

Brasília
Armazém de Comunicação
SCS – Ed. Denasa S/1301
Tel/Fax: 61-33213440
CEP: 70398-900
e-mail:armazem@armazemdecomunicacao.com.br

CONSELHO EDITORIAL

Adhemar Mineiro
João Paulo de Almeida Magalhães
(em memória)

José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro
Theotonio dos Santos
(em memória)

Filiado à
ANJ Associação Nacional de Jornais Brasil

Assinatura: **assinatura@monitormercantil.com.br**

Assinatura trimestral	R$	99,00
Assinatura semestral	R$	198,00
Assinatura anual	R$	396,00
Avulso (RJ)	R$	1,50
Avulso (outros estados)	R$	1,80

Carga tributária aproximada de 14%

Distribuidor em Brasília: Mídia Distribuidora de Jornais Ltda.
ADE 28 Lote 11 Águas Clara
CEP: 71991-360 - Brasília - DF
Tel.: 55(61) 3204-0888 - Fax: 55(61) 3204-0801
midiadistribuidora@grupomidia.com.br / www.grupomidia.com.br

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal
Serviços noticiosos: Agência Brasil, Latino Americana

ASSOCIAÇÃO DOS EMBAIXADORES DE TURISMO DO RIO DE JANEIRO
AMIGO DO RIO
www.embaixadoresdorio.com.br

FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
e Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Lei do enfarte e da usura

"Por que o preço da comida sobe e o auxílio de R$ 600 cai?" A pergunta foi feita pela Fundação Perseu Abramo, do PT. E boa parte da responsabilidade é atribuída ao Governo Bolsonaro, ou melhor, às políticas neoliberais radicais implantadas a partir de 2015. A FPA resume alguns pontos:

– destruição dos mecanismos de estoques reguladores de alimentos. A Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) tem, por exemplo, estoques de arroz equivalentes ao consumo de apenas um dia da população brasileira. A última vez que a União comprou arroz para formação de estoques reguladores foi no Governo Dilma, em 2015;

– o governo desmontou instrumentos públicos como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) que, somados, contribuíam para incentivar a produção de comida fora do monopólio das grandes corporações;

– atualmente, dez empresas privadas são responsáveis por toda a comercialização de arroz no Brasil;

– os grandes produtores detêm hoje 4,2 milhões de toneladas de arroz em estoque, suficientes para abastecer por mais de cinco meses o mercado interno;

– as grandes corporações dedicam a maior parte das terras de plantio, 60%, para a produção de commodities, ou seja, cereais como a soja, destinada à criação de gado, e outras, que não se destinam prioritariamente à alimentação das pessoas; (vale destacar que esse processo ocorreu também nos governos do PT, e antes deles)

– nos últimos 20 anos, houve queda de 40% na área destinada a plantio de arroz;

"Portanto, a 'explicação' dada pelo presidente (a lei da oferta e da procura) tenta esconder a omissão do governo e sua decisão de deixar os mais pobres à própria sorte", resume a Fundação. O arroz é um símbolo da alta de preços dos alimentos, mas não é o único "vilão". Feijão e óleo de cozinha, por exemplo, também subiram. E é falsa a explicação de que a alta dos preços tem ligação com a renda emergencial, que teria feito a população consumir mais alimentos. O aumento já vinha se desenhando desde antes e, principalmente, o que ocorre é queda no consumo dos alimentos por parte da população, fato evidenciado pela volta da fome ao cotidiano nacional, como noticiado durante a semana.

P.S. o título é uma citação ao jornalista Joelmir Beting, que se referia à lei da oferta e da procura como "lei do enfarte e da loucura".

Reconhecida lá fora

O projeto de Reforma Urbana de Colón, realizado na Cidade do Panamá, foi premiado como "Melhor Projeto Global do Ano" na oitava edição do Global Best Projects, organizado pela revista norte-americana *ENR – Engineering News-Records*, que destacou qualidade em design e construção, inovação, segurança, benefício às comunidades e superação de desafios.

A realização é da brasileira OEC (Odebrecht Engenharia &Construção) em consórcio com a empresa Cusa.

Direita festiva

A foto do Partido Novo do RJ no Facebook é uma "galera sarada" curtindo a vida na ensolarada praia de Ipanema. João Amoêdo vive no Planeta Laranja. No diretório "cool" do partido em Ipanema, o Nespresso é liberado. Isso se chama austeridade neoliberal.

Rápidas

"Educação e Saúde" é o tema do webinar que a EuroCom e a Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH Brasil) realizarão nesta quarta-feira, às 16h30, com a participação do secretário-executivo da Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde), Bruno Sobral, e do vice-presidente da Qualicorp, Pablo Meneses *** Sebrae Rio e Fecomércio RJ realizam, até dia 25, campanha de incentivo aos pequenos negócios com foco no Dia das Crianças, com palestras online gratuitas. As inscrições estão abertas e podem ser feitas no site do Sebrae Rio *** A Câmara Ítalo-Brasileira de Comércio e Indústria, em parceria com a Amazon Italia, fará webinar sobre acesso direto de pequenas exportadoras brasileiras ao cliente final no mercado europeu. Será quarta-feira, das 11h às 12h30. Inscrição: docs.google.com/forms/d/1a6SYKxr6lrjhKudiQaALWJKIE3JzIX0IDKacY6SxWjs *** Até domingo acontece a 14ª Semana dos Museus, coordenada pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). Entre os temas, as visitas virtuais. A Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) participa da ação nacional com transmissão pela sua conta oficial no YouTube.

Objetivo 'obviamente oculto' para derrubar o governo Bolsonaro

General: nações e personalidades estrangeiras distorcem debate sobre meio ambiente

O debate sobre o meio ambiente tem sido distorcido por nações e personalidades estrangeiras com o objetivo "obviamente oculto, mas evidente, de prejudicar o Brasil e derrubar o governo (do presidente Jair) Bolsonaro". A avaliação é do ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno, ao participar com outros ministros do governo, nesta segunda-feira, de audiência pública convocada pelo ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o estado atual das questões ambientais no Brasil.

Sem citar nenhum país ou entidade específica, Heleno também disse que potências estrangeiras e organizações não governamentais usam argumentos falsos e dados fabricados e manipulados "para nos apresentar como vilões do desmatamento e do aquecimento do planeta". Ele afirmou ser "preciso deixar claro que a Amazônia brasileira nos pertence".

O ministro comentou ainda o aumento das queimadas na Região Amazônica, afirmando haver causas naturais que favorecem o fenômeno. "É importante ressaltar que o assunto é altamente polêmico. Não há comprovação científica de que o aumento de incêndio nas florestas primárias decorra de inação do governo federal. Na verdade, elas têm a ver com fenômenos naturais, cuja ação humana é incapaz de impedir", disse o ministro do GSI.

Heleno foi apoiado pelo ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, que falou em seguida. "Logicamente o aumento da temperatura do planeta causa uma melhor condição para que existam queimadas, ou seja, propicia um número maior de focos de incêndio no planeta inteiro, assim como a própria meteorologia, fenômenos como o El Niño, também interferem nos períodos de chuva e na maior incidência de queimadas", disse ele.

Além de Heleno e Pontes, também falaram sobre a atuação do governo os ministros Ricardo Salles (Meio Ambiente) e Tereza Cristina (Agricultura). O ministro Barroso, do STF, é relator da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 708 que trata da quase paralisação das atividades relacionadas ao fundo no ano passado. A ação teve como base dados do Observatório do Clima e foi apresentada pelos partidos Rede, PT, PSOL e PSB. que questiona a suposta paralisação, pelo governo, do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima). O evento segue até a tarde desta terça-feira.

De acordo com Salles, o plano de ação para o Fundo Clima já foi feito, o comitê gestor já está empossado e os recursos para dar andamento aos projetos já foram encaminhados ao BNDES, na ordem de R$ 581 milhões. Por esse motivo, ele defendeu que a ADPF já perdeu seu objeto e deve ser arquivada pelo Supremo, uma vez que os autores pediam, justamente, que essas medidas fossem tomadas.

A demora em dar andamento à pauta do Fundo Clima ocorreu devido à lentidão do Congresso em aprovar o merco legal do saneamento, sancionado em julho pelo governo, justificou o ministro.

Segundo ele, a ausência de saneamento, "num país onde 100 milhões de pessoas não têm coleta e tratamento de esgoto e 35% não têm sequer água potável", é o principal problema ambiental do Brasil e também concorre com as questões das emissões na atmosfera e das mudanças climáticas.

Em sua fala, a ministra Tereza Cristina destacou que o Brasil utiliza 30% do seu território para a agropecuária e mantém mais de 66% com vegetação nativa, sendo que destes, cerca de 25% se encontram em propriedades privadas. Ao apresentar as políticas públicas executadas pelo governo no setor, ela explicou que a agenda de inovação e produção sustentável é um dos pilares do ministério. "A agropecuária está intimamente ligada ao meio ambiente. A sinergia entre a natureza, as técnicas produtivas e o homem do campo é justamente o que faz do Brasil uma potencial agroambiental", disse, acrescentando que, nos últimos anos, 123,7 milhões de hectares de terra deixaram de ser incorporados à atividade agrícola em razão de técnicas que aumentam a produtividade no campo.

Omissão

O deputado Alessandro Molon (PSB-RJ) defendeu que o Supremo determine que sejam tomadas medidas para preservar o meio ambiente. "Não se trata de um desvio de um governo que está fazendo o seu máximo. Mas de uma clara e permanente omissão diante da destruição ambiental, um verdadeiro ecocídio", disse o parlamentar.

"O que está em jogo é um estado de coisas inconstitucional, um conjunto de ações e omissões que, na prática, destroem o meio ambiente brasileiro", acrescentou.

Negligenciar obrigação

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), criticou a postura do governo federal em relação aos recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima. De acordo com Maia, o compromisso com o meio ambiente não se encontra no campo da disputa política e a não aplicação dos recursos do fundo em 2019 contrariou "frontalmente a Constituição."

O presidente da Câmara foi o primeiro participante a falar na audiência convocada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso, no âmbito da ADPF) 708. "O (compromisso com o meio ambiente) é dever incontornável de todos os agentes públicos que ao assumirem seus mandatos ou cargos juraram cumprir a Constituição. Aqueles que ocupam mandatos e cargos públicos não têm a opção de negligenciar essa obrigação. Descuidar desses deveres é violar frontalmente a Constituição", disse Maia.

Durante sua participação, Maia disse ainda que a ação que tramita na Corte levou o governo a adotar providências para o funcionamento do Fundo e citou o aporte no valor de R$ 232 milhões feito para este ano. Ele citou ainda a aprovação do Plano Anual de Aplicação de Recursos (PAAR) para o biênio 2020-2021.

"O ajuizamento dessa ação, contudo, parece ter estimulado o governo a tomar algumas medidas. Uma nova composição do comitê gestor (do fundo) foi nomeada em março deste ano. E o plano anual de aplicação de recursos foi finalmente aprovado em julho, com quatro meses de atraso. Em agosto foi efetuado o repasse de 350 milhões ao BNDES para o financiamento de projeto. E há poucos dias, 15 de setembro, mais 233 milhões", disse Maia.

Maia lembrou ainda que, em 2019, o governo federal empenhou menos de 10% do valor autorizado no orçamento do Fundo pelo Congresso Nacional. A média orçamentária do fundo é de aproximadamente R$ 359 milhões desde a sua criação.

"Em 2020, o valor destinado ao fundo ficou em 239 milhões, isto é em torno de 67% do valor da média histórica. No ano anterior, em 2019, o valor autorizado inicialmente encontrava-se na média. Contudo, a execução efetiva dos recursos ficou próxima de zero", relembrou Maia. "Eles [os recursos] não foram contingenciados, eles simplesmente não foram executados. A partir deste ano, isso é não só inaceitável, é inconstitucional", acrescentou.

Maia afirmou que o aumento de 30% na média do desmatamento em 2019 motivou o governo a apresentar um projeto em outubro do ano passado, aportando um crédito de R$ 195 milhões ao valor inicialmente autorizado. O texto foi transformado em lei pelo Congresso em dezembro. Segundo o deputado, a execução efetiva dos recursos "ficou próxima de zero."

Bolsonaros: mais um vídeo retirado

O deputado federal Eduardo Bolsonaro foi obrigado e excluir mais um vídeo da plataforma Instagram. Ele afirmou em seu Twitter: "esta vez um vídeo de uma agressão gratuita, covarde e repugnante atribuído a um desses movimentos loucos dos EUA. Seria para acobertar esses movimentos?"

STF está rejeitando venda de refinarias

A Petrobras teve mais dois votos contrários à continuidade de processos em curso para venda de suas refinarias durante julgamento no plenário virtual do Supremo Tribunal Federal (STF), proferidos pelos ministros Marco Aurélio Mello e Ricardo Lewandowski, segundo informações do site da corte. Com isso, o placar do plenário virtual é de 3 a 0 pela paralisação dos processos de venda, após o ministro Edson Fachin ter iniciado na sexta-feira a análise do caso com um voto contrário às intenções da Petrobras.

O STF deverá decidir até o próximo dia 25 sobre a negociação, após pedido das Mesas da Câmara dos Deputados, do Senado e do Congresso, que argumentaram que a eventual venda das refinarias iria contra uma decisão anterior da própria corte no ano passado, segundo a qual seria necessário aval do Congresso para a venda de ativos de uma empresa-matriz.

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N° 14.2020

OBJETO: Aquisição de materiais de consumo e de construção com objetivo de atender a execução dos serviços prestados pela Secretaria Municipais de Conservação e Serviços Públicos – SEMCONSESP. PROCESSO ADMINISTRATIVO: 4967.2019.20. RETIRADA DO EDITAL: **www.queimados.rj.gov.br-avisos-licitacao** ou na Prefeitura, Rua Hortência, 254 – Centro, das 09:00 às 12:00 horas e 14:00 às 16:00 horas, mediante a entrega de(uma) RESMA DE PAPAEL A4 e carimbo do CNPJ da Empresa. DATA / HORA: 02/10/2020 as 10:00 horas.

Tatiane Galvão Lucas
Pregoeira - CPLMSO

CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO AMARALINA

"EDITAL DE CONVOCAÇÃO" - Assembleia Geral Ordinária: Atendendo determinação do Sr. Síndico, vimos pelo presente convocar os Srs. Condôminos para comparecerem à **Assembleia Geral Ordinária do Condomínio AMARALINA**, que será realizada no próximo dia **30 de setembro de 2020 - quarta-feira**, no supramencionado Condomínio, às **20:00 horas** em primeira convocação com o "*quorum*" legal ou às **20:30 horas**, em segunda e última convocação com qualquer número de presentes, para discutirem e deliberarem sobre os seguintes assuntos constantes da "Ordem do Dia": **1) Aprovação das contas referentes ao período de 07/2019 a 08/2020; 2) Eleição de Síndico, fixando-lhe remuneração; 3) Eleição dos membros efetivos e suplentes para o Conselho Consultivo; 4) Aprovação do orçamento para o próximo período – 2020/2021; 5) Assuntos Gerais. OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:** Em função da Pandemia do Coronavírus (COVID-19) e por determinação do Sr. Síndico, informamos que a assembleia será organizada de modo que ocorra da forma mais célere possível. Serão adotadas as medidas de prevenção e distanciamento social para realização da reunião, tais como: - As cadeiras serão espaçadas com, no mínimo, 2 metros de distância entre si; - O condomínio disponibilizará álcool em gel para uso de todos os presentes; - O uso de máscaras será obrigatório para todos os presentes, conforme determina a **LEI ESTADUAL nº 8.859, de 03.06.2020**. **Para votação ou participação na assembleia, o condômino deverá estar quite com as quotas condominiais correspondentes à(s) sua(s) unidade(s) no condomínio que se vencerem até a data da assembleia (Artigo 1.335 III, do Código Civil). O representante de condômino deverá estar munido de procuração outorgada com observância das normas legais, inclusive com firma reconhecida (Parágrafo 2º do art. 654 do Código Civil).** Rio de Janeiro, 18 de setembro de 2020. **PROTEL ADMINISTRAÇÃO HOTELEIRA LTDA. - Alfredo Lopes de Souza Júnior - Diretor.**

ageRio — GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2020, POR MEIO DE ASSEMBLEIA DIGITAL

I – DATA, HORA e LOCAL: dia 28 de abril de 2020, às 16:00 (dezesseis horas), na sede da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A., situada na Avenida Rio Branco, n° 245, 6° andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, conforme disposto no art. 1º, §3º, da Instrução Normativa DREI nº 79, de 14 de abril de 2020. **II – MESA DOS TRABALHOS:** Presidente: Fernanda de Lima Santos, representante do Acionista Controlador; Secretária: Maria Cristina Gonçalves Bruno, Chefe de Gabinete da Presidência e responsável pela Secretaria de Governança da AGÊNCIA. **III – QUÓRUM DE INSTALAÇÃO:** Presentes os acionistas que representam a totalidade do capital social, afastado, portanto, eventual vício de convocação por força do art. 124, §4º, da Lei 6.404/76. **IV – CONVOCAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E VOTAÇÃO À DISTÂNCIA:** Por ofício encaminhado aos acionistas, contendo a ordem do dia e informando tratar-se de **assembleia digital** (...) **V – ORDEM DO DIA: 1** – Alteração do caput do art. 6º do Estatuto Social (...) 2 – Alteração do Parágrafo Único do art. 11 (...) 3 – Exclusão da alínea "a" do Parágrafo Único do art. 11 do Estatuto Social (...) 4 – Exclusão da alínea "b" do Parágrafo Único do art. 11 do Estatuto Social (...) 5 – Alteração do caput do art. 30 do Estatuto Social (...) 6 – Consolidação do Estatuto Social após as alterações dos itens 1 a 5 acima. **VI – DELIBERAÇÃO:** Por unanimidade de votos, os acionistas deliberaram, conforme instruído no Processo eletrônico SEI-220009/000152/2020: Pela aprovação de todos os itens da ordem do dia, passando o Estatuto Social a vigorar (...) **VIII – ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar e ninguém desejando manifestar-se, encerraram-se os trabalhos, lavrando-se esta ata que, lida e aprovada, foi por todos assinada. Presidente: Sra. Fernanda de Lima Santos; Secretária: Sra. Maria Cristina Gonçalves Bruno; Acionistas: Estado do Rio de Janeiro, representado pela Sra. Fernanda de Lima Santos (...) e Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro – CODIN, representada por seu Diretor-Presidente, Sr. Fábio Eduardo Galvão Ferreira Costa. (...) **OBSERVAÇÕES:** 1 – Este documento é parte transcrita da Ata lavrada no livro respectivo de Atas das Assembleias Gerais n° 4, fls. 30 a 53. 2 – A Ata original relativa a este Extrato foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA em 17/07/2020 sob o nº 00003898070. Maria Cristina Gonçalves Bruno – Secretária.

NEGÓCIOS INTERNACIONAIS

Antonio Pietrobelli
exportnewspietro.gmail.com

Queda nas importações garante superávit na balança comercial

O saldo da balança comercial de agosto somou US$ 6,6 bilhões, elevando o superávit acumulado no ano para US$ 36,3 bilhões. O resultado positivo, como tem ocorrido ao longo do ano, é explicado pela acentuada queda nas importações que somaram US$ 102,040 bilhões (28,5% entre os meses de agosto de 2019 e 2020) e não por uma melhora nas exportações US$ 138,321 bilhões, que recuaram 9,8%. O resultado está bem longe do verificado em agosto de 2017, quando o superávit atingiu a US 48,085 bilhões.

No mês de agosto, as operações com plataformas de petróleo não influenciaram os resultados, mas, na análise do acumulado do ano, é importante separá-las. No caso das importações, a variação no acumulado até agosto em relação a igual período de 2019 registrou uma queda de 6,6% (com plataforma) e de 9,4% (sem plataforma). Para as exportações, a diferença é menor. Observa-se que o ritmo de crescimento no volume exportado desacelerou (2,2%) na comparação interanual do mês de agosto em relação aos resultados dos meses de junho e julho, quando os percentuais na variação ficaram ao redor de 11%.

O recuo nas importações entre agosto de 2020 e 2019 foi de 21,7%, menor do que o da comparação interanual do mês de julho (queda de 28%), mas mesmo assim foi alto e não permite concluir que os efeitos da desvalorização cambial estejam começando a ter um impacto significativo na queda das importações.

Os preços das commodities mantiveram o mesmo comportamento na série de comparação interanual mensal e recuaram 15,6% no mês de agosto. O volume exportado das commodities cresceu 14,3%, menos do que foi registrado na comparação dos meses de junho (30,2%) e julho (29,7%) entre 2019 e 2020. As exportações de não commodities continuaram em declínio e agosto registrou a segunda maior queda na comparação interanual (22,5%) após julho (27,4%). A desaceleração no ritmo de crescimento das exportações está associada, portanto, ao comportamento da commodities, que explicaram 67% das exportações brasileiras em agosto.

Em agosto, todos os 10 principais produtos exportados pelo Brasil foram commodities e explicaram 60% da pauta brasileira. Cinco produtos registram variação positiva: açúcar (107%); ouro não monetário (35%); soja (25%), carne bovina (16%); e farelo de soja (5,4%). A predominância dos produtos agropecuários está refletida nos resultados das exportações por setor de atividade.

O volume exportado da agropecuária cresceu (13,8%) na comparação entre os meses de agosto e 20,1%, entre o acumulado do ano. O setor extrativo registrou queda em agosto (1,1%), mas, entre o acumulado do ano até agosto de 2019 e 2020, aumentou 2,0%. O pior desempenho continua sendo o da indústria de transformação com queda de 5% na comparação interanual dos oito primeiros meses dos anos de 2019 e 2020. Após ter crescido 1,8% na comparação mensal de julho, o resultado do setor foi de estagnação em agosto. Ressalta-se que 45% das exportações da indústria de transformação são commodities.

Melão brasileiro é exportado para a China

O setor de frutas enviou a primeira carga de melão brasileiro para a China. Este é um dos destaques do boletim semanal da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) no período de 14 a 18 de setembro, que traz o comportamento das principais atividades agropecuárias no período de pandemia.

De acordo com a publicação, as exportações de frutas nas primeiras semanas de setembro tiveram uma média diária de 5,9 mil toneladas, 42% a mais em relação ao mesmo período de setembro de 2019. O resultado é reflexo da demanda aquecida, câmbio favorável e retomada de voos.

Nos primeiros 15 dias deste mês, o estoque de Créditos de Descarbonização (CBios) na bolsa aumentou em 1,11 milhão e já são 8,10 milhões disponíveis, recorde de negociação com os distribuidores de combustíveis. A CNA divulgou nesta semana mais uma estimativa de Valor Bruto da Produção (VB), prevendo uma receita de R$ 823 milhões em 2020, alta de 13,7% em relação a 2019.

De acordo com o boletim divulgado pela CNA esta semana, o Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária deve alcançar R$ 823 bilhões em 2020, um incremento de 13,7% frente a 2019. Tal resultado reflete um salto de R$ 81 bilhões (+18%) no VBP agrícola, e um crescimento de R$ 17,9 bilhões (+6,6%) no VBP pecuário. Tais estimativas estão baseadas nos dados de preço e produção disponíveis até agosto de 2020.

Apex organiza degustação virtual de vinhos

A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) organiza, em parceria com a Vinexpo NY, o evento virtual "Brazil, a Sparkling New World", no dia 1° de outubro de 2020. Os participantes do webinar poderão degustar diferentes estilos de espumantes brasileiros produzidos pelada Casa Valduga, Miolo, Garibaldi e o suco de uva da Organovita.

A degustação virtual será conduzida pelo especialista em vinhos Maurício Roloff, jornalista brasileiro que acompanhou de perto o desenvolvimento da indústria vinícola brasileira ao longo dos últimos 15 anos. E será moderada por Mary Lou Cummings, da equipe da Vinexpo New York.

A Vinexpo New York é o maior evento dedicado a vinhos e bebidas alcoólicas na América do Norte. A última edição, em 2020, contou com 275 expositores de 30 países e 2.200 profissionais do setor de vinho, principalmente importadores, distribuidores, vendedores, compradores e especialistas de e-commerce de 40 estados dos Estados Unidos e 7 províncias do Canadá.

"O Brasil se destaca na produção de espumantes por ter um terroir e características de produção únicas que só se encontram no seu território devido ao clima e altitude. Esse ano, por exemplo, o país teve uma colheita histórica que certamente terá repercussões tanto no mercado interno como no externo", comenta o gerente de Agronegócios da Apex-Brasil, Igor Bandão.

De 2015 a 2019, o Brasil exportou anualmente uma média de 3,1 milhões de litros de vinhos para o mundo, equivalentes a US$ 7,2 milhões. Nesse período, as exportações brasileiras de vinhos cresceram em média 12,4% por ano, principalmente para o Paraguai (64%), Estados Unidos (9%), Colômbia (6%), Reino Unido (4%) e China (3%).

Mais informações: portal.apexbrasil.com.br

Cai 11,7% o percentual de brasileiros em home office

Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgada nesta segunda-feira a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que cerca de 300 mil pessoas deixaram o trabalho remoto em julho, o que reduziu de 12,7% para 11,7% o percentual de brasileiros em home office. Com a redução, aumentou a participação de brancos e mulheres entre os 8,4 milhões de pessoas que continuaram trabalhando de casa.

A pesquisa mostra que, em maio, 63,7% dos trabalhadores em home office eram brancos, percentual que subiu para 63,8% em junho, e para 64,5% em julho. Desta forma, entre a população preta e parda, o percentual começou em 34,3% em maio, subiu para 34,4% em junho e caiu para 33,8% em julho. Se considerado todo o potencial de teletrabalho no país, 58,3% das vagas são ocupadas por brancos, e 41,7%, por negros.

As mulheres eram, em maio, 53,6% dos trabalhadores em home office, segundo o Ipea. Essa participação cresceu para 55,5% em junho, e para 55,7% em julho. Entre as vagas que poderiam funcionar na modalidade home office, segundo a metodologia da pesquisa, 58,5% são ocupadas por mulheres, e 41,5%, por homens.

As maiores disparidades encontradas pela pesquisa, entretanto, estão nos níveis de escolaridade e na diferença entre trabalho formal e informal. Entre as pessoas que estavam em home office em julho, 84,1% ocupavam uma vaga formal, e 73,5% tinham nível superior.

A distribuição etária das pessoas em teletrabalho também mostra percentuais desiguais: 1,1% tinha entre 14 e 19 anos; 22,1%, entre 20 e 29 anos; 32,1%, entre 30 e 39 anos; 24,4%, entre 40 e 49 anos; 14,8%, entre 50 e 59 anos; 5,4%, entre 60 e 69 anos; 1%, entre 70 e 79 anos; e 0,1%, com 80 anos ou mais.

As unidades da federação com maior percentual de trabalho remoto são Distrito Federal (25,2), Rio de Janeiro (19,1%), São Paulo (16,8%) e Paraíba (12,7%). Esses são os estados acima da média nacional de 11,7% de trabalhadores em home office. Entretanto, Pará (3,1%), Maranhão (4,3%) e Mato Grosso (5,2%) têm os menores percentuais.

Entre todas as regiões brasileiras, o Sudeste possui o maior percentual de trabalhadores em home office, com 14,9%. Esse percentual era de 17,2% em maio, e vem caindo desde então. No Norte, o teletrabalho era de 7,1% no início da pesquisa e chegou a 4,7% em julho. A única região em que o teletrabalho avançou em julho foi o Sul, onde o percentual subiu de 9,9% em junho para 10,2%.

Pouco mais que a metade (51%) dos trabalhadores brasileiros em home office é classificada pela pesquisa como profissionais das ciências e intelectuais. Os outros grupos mais presentes são trabalhadores de apoio administrativos (11%), técnicos profissionais de nível médio (9%) e diretores e gerentes (8%).

Quando cada uma dessas categorias é analisada, a pesquisa mostra que os profissionais das ciências e intelectuais em teletrabalho representavam, em julho, 40,1% do total dessas categorias. Entre diretores e gerentes, essa fatia é de 22,8% e, entre trabalhadores de apoio administrativo, de 15,7%.

A pesquisa mostra também que o setor público (30,5%) e o setor de serviços (13,7%) têm os maiores percentuais de trabalho remoto. Comércio (4,8%), indústria (4,6%) e agricultura (0,9%) apresentam percentuais menores.

Comércio carioca vendeu menos 6,5% em agosto

O comércio lojista da Cidade do Rio de Janeiro vendeu menos 6,5% em agosto em relação ao mesmo mês de 2019. No acumulado do ano (janeiro/agosto de 2020) em comparação com o mesmo período de 2019 as vendas caíram 19,5%. Os dados são da pesquisa Termômetro de Vendas divulgada mensalmente pelo Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro (CDL-Rio) e pelo SindilojasRio, que abrange cerca de 500 estabelecimentos comerciais da cidade.

A pesquisa mostra também que todos os setores do ramo mole (bens não duráveis) e do ramo duro (bens duráveis) apresentaram resultados negativos. Os que tiveram as maiores quedas no faturamento no ramo mole foram calçados (-8,0%), confecções (-7,8%) e tecidos (-6,6% %) e no ramo duro (bens duráveis) joias (-9,0%), óticas (-8,3%), móveis (-4,8%) e eletrodomésticos (-2,4%). A venda a prazo com menos 1,9% e a venda à vista com menos 10,6% foram as formas de pagamento preferidas pelos consumidores.

O faturamento das lojas conforme a localização dos estabelecimentos também foi negativo. No ramo mole (bens não duráveis) as lojas do Centro venderam menos 9,5%, as da Zona Norte menos 8,0% e da Zona Sul menos 7,5%. No ramo duro (bens duráveis) as lojas do Centro, da Zona Sul e da Zona Norte venderam menos 5,1 %, menos 4,9% e menos 4,8%, respectivamente.

De acordo com Aldo Gonçalves, presidente do CDL-Rio e do SindilojasRio, que juntas representam mais de 30 mil estabelecimentos comerciais, agosto continua refletindo os efeitos da pandemia e também, no caso do Rio de Janeiro, a crise econômica, com desemprego, a crescente violência e o aumento desregrado da camelotagem. "O fato é que aqui no Estado do Rio, muito mais do que em vários outros estados, há uma forte redução no consumo, seja pela não circulação das pessoas, seja pela queda generalizada do poder aquisitivo causada pelo desemprego e por todos os fatores que tão dramaticamente afetam não só a saúde financeira, como a própria sobrevivência do comércio", diz.

Ainda segundo ele, não custa lembrar também que todas as datas comemorativas do primeiro semestre desse ano registraram quedas. "E mais recentemente, no Dia dos Pais as vendas foram negativas. Esperamos, agora, que o Dia das Crianças, a última grande data comemorativa antes do Natal, possa trazer um novo alento para o comércio, com vendas positivas, já que no ano passado foi muito aquém do esperado, registrando vendas negativas com menos 2,0%".

Instagram cresce na pandemia e já é 31% maior que Facebook

Estudo da plataforma Socialbakers revela que o Instagram ampliou sua liderança sobre o Facebook durante a pandemia. Em termos de audiência global, a rede social ampliou para 31,2% a vantagem que era de 28% no primeiro trimestre de 2020.

O total de interações no Instagram foi 18,7 vezes maior do que no Facebook entre os meses de abril, maio e junho. As marcas, no entanto, publicaram mais conteúdo no Facebook, que recebeu cerca de 70% de todas as postagens dos 50 maiores perfis de empresas, mesmo com a interação nessa rede social sendo muito menor do que no Instagram.

O Instagram quase bateu seu próprio recorde de interações no final de junho, e durante o período raramente ficou abaixo de 80%. Já no Facebook, o envolvimento com as postagens diminuiu significativamente, passando de 100% em março para 50,8% durante os meses de abril, maio e parte de junho, antes de aumentar novamente no final de junho, quando voltou aos níveis normais. "O Instagram está se tornando a plataforma de mídia social número um quando se trata de engajamento de marcas. Quando olhamos para o engajamento em um nível absoluto, o Instagram tem um alcance maior por marcas do que o Facebook", explica Alexandra Avelar, country manager da Socialbakers.

No Brasil, a quantidade de postagens feitas tanto no Instagram quanto no Facebook é quase a mesma. Porém, ao contrário do que ocorre no mundo, a audiência das marcas ainda é maior no Facebook, mesmo que a quantidade de interações nessa mídia social seja muito menor do que no Instagram.

"O Instagram teve um aumento de atividade, a plataforma quase atingiu seu pico relativo das interações no final do trimestre. Além disso, vimos um crescimento do público-alvo e interações totais no Instagram das 50 maiores marcas na rede social. Esse panorama mostra que o caminho seguirá positivo para o Instagram no futuro. A plataforma continua sendo altamente eficaz para promover o engajamento e alcançar grandes públicos e é cada vez mais o lugar certo para as empresas se mostrarem de maneira criativa, estimularem engajamento e aumentarem o reconhecimento da marca", explica Alexandra.

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N° 15.2020

OBJETO: Aquisição de equipamentos, ferramentas, tintas e afins, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos – SEMCONSESP. PROCESSO ADMINISTRATIVO: 4612.2019.20. RETIRADA DO EDITAL: **www.queimados.rj.gov.br-avisos-licitacao** ou na Prefeitura, Rua Hortência, 254 – Centro, das 09:00 às 12:00 horas e 14:00 às 16:00 horas, mediante a entrega de (uma) RESMA DE PAPEL A4 e carimbo do CNPJ da Empresa. DATA / HORA: 02/10/2020 as 11:00 horas.

Tatiane Galvão Lucas
Pregoeira - CPLMSO

CARTÓRIO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO - Com o prazo de vinte dias O MM Juiz de Direito, Dr.(a) Marisa Simões Mattos Passos - Juiz Titular do Cartório da 1ª Vara Cível da Comarca da Capital, RJ, FAZ SABER aos que o presente edital com o prazo de vinte dias virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo, que funciona a Av. Erasmo Braga, 115, sala 211 2013 215 D CEP: 20020-970 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 2588-2378 e-mail: cap01vciv@tjrj.jus.br, tramitam os autos da Classe/Assunto Procedimento Comum - Cobrança, de nº 0272171-22.2007.8.19.0001 (2007.001.266348-0), movida por CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO PORTAL DA TIJUCA em face de ALBERTO BARROS CASEDA, objetivando INTIMAÇÃO. Assim, pelo presente edital INTIMA o réu ALBERTO BARROS CASEDA, que se encontra em lugar incerto e desconhecido, acerca da penhora sobre o direito à aquisição do apartamento 1602, bloco n° 3, na Rua Moraes e Silva n° 51, com a fração de 215/100.000 do terreno e com direito a uma vaga de garagem, situada no local destinado, indistintamente, na Gar. Elevada do mesmo Bloco, registrado sob matrícula n° 31.569, no 11º Ofício de Registro de Imóveis da Cidade do Rio de Janeiro, e que ALBERTO BARROS CASEDA - CPF/MF n° 937.966.687-04 - e ANA MARIA CUNHA CASEDA - CPF/MF n° 851.767.457-04 - foram instituídos como depositários do referido bem, dando ciência de que, em querendo, dispõe do prazo de quinze (15) dias para oferecimento de impugnação e de que não poderá dispor do bem sem a prévia autorização deste Juízo, sob as penas da Lei. Dado e passado nesta cidade de Rio de Janeiro, aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte. Eu, Carlos Eduardo Carvalho Geminiani - Subst. do Resp. pelo Expediente - Matr. 01/30329, digitei. E eu, Fernando Antonio dos Santos - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/9863, o subscrevo.

GH HOTELARIA LTDA.
CNPJ Nº 33.198.706/0001-69
REQUERIMENTO DE LICENÇA

GH HOTELARIA LTDA., torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMAC, através do processo nº 14/200.338/2020, Licença Municipal Prévia para aprovação do projeto de uso misto na Rua do Russel nº 632, Glória.

ageRio — GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DA ATA DA 89ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. – AGERIO

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de maio do ano de 2020, às 15:00 (quinze horas), por meio do mecanismo de reunião eletrônica (...), reuniu-se o Conselho de Administração da AgeRio com a presença do Sr. Presidente Lucas Tristão do Carmo, do Sr. Vice-Presidente Bruno Cesar Masiero Rigo, e dos Srs. Conselheiros Alexandre Rodrigues Pereira, Fábio Eduardo Galvão Ferreira Costa, Henrique de Castro Augusto Alvarenga e Vinícius Sarciá Rocha. (...) Presidente da Mesa: Lucas Tristão do Carmo. Secretária da Mesa: Maria Cristina Gonçalves Bruno. 1 Iniciando os trabalhos, o Conselho de Administração apresentou o seguinte assunto da Ordem do Dia: **1.1 ELEIÇÃO DE MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA: (...) DELIBERAÇÃO: (...)** foram eleitos, com mandato em vigor até a posse da Diretoria Executiva que for eleita na primeira Reunião do Conselho de Administração após a Assembleia Geral Ordinária de 2021, os Srs. **ALEXANDRE RODRIGUES PEREIRA, (...)**, para exercer as funções de Presidente; e os Srs. **GILSON DA SILVA SANTOS, (...)**, **DARA DE SOUZA E SILVA, (...),** e **VALQUÍRIA XAVIER DELMONDES, (...),** para exercerem as funções de Diretores sem designação específica. 1.2 Nos termos do art. 16, §1º, do Estatuto Social, o Conselho de Administração indica a Sra. **VALQUÍRIA XAVIER DELMONDES** para responder pela gestão do controle interno, conformidade e riscos. (...) Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho de Administração deu por encerrada a reunião. Eu, Maria Cristina Gonçalves Bruno, Chefe de Gabinete da Presidência e responsável pela Secretaria de Governança da AGÊNCIA, lavrei a presente ata que vai assinada pelo Presidente e pelos Conselheiros. **OBSERVAÇÕES:** 1 – Este documento é parte transcrita da Ata lavrada no livro respectivo de Atas das Reuniões do Conselho de Administração n° 8, fls. 082/084. 2 – A Ata original relativa a este Extrato foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA em 08/09/2020 sob o nº 00003930443. Maria Cristina Gonçalves Bruno – Secretária.

Necessidade de reestruturação da agência reguladora ANA

A falta de parâmetros nacionais para regulação do uso da água na irrigação, setor em que se verifica o maior uso, e na indústria. Esse é um dos principais pontos detectados pesquisadora Bianca Medeiros, uma das coordenadoras da pesquisa "Diagnóstico da regulação de águas no Brasil" elaborada pela Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas (FGV Direito Rio) divulgada nesta segunda-feira. O estudo foca na atuação da Agência Nacional de Águas (ANA).

Pela primeira vez no Brasil, o trabalho traz um levantamento de alcance nacional sore a regulação do setor na esfera federal. De acordo com a especialista, essa situação faz com que cada caso seja tratado de forma não sistematizada dificultando a construção de políticas transversais.

"Em que pese a importância das regras aplicadas a casos específicos e a autonomia dos estados para propositura de suas próprias regras, a ausência de parâmetros nacionais para o uso da água na irrigação e na indústria dificulta a construção de políticas sobre os setores que mais consomem água no país. Além disso, os estados acabam ficando sem um balizamento para gerar suas normas. Como sabemos, muitos estados carecem de capacidade técnica. sendo que, nesses casos, uma orientação nacional seria importante", explica Bianca Medeiros.

O levantamento da FGV Direito Rio, elaborado por Bianca Medeiros, Natasha Salinas, Rômulo Sampaio e Thauany Vigar, reúne os resultados da análise na esfera federal, tendo como enfoque as normas emanadas daAgência Nacional de Águas (ANA), agência reguladora, e pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), órgão colegiado. Foram compiladas as normas dos órgãos reguladores desde o início de suas atividades — em 1998, no caso do CNRH; e em 2001, no caso da ANA — até dezembro de 2019, totalizando um universo de 841 normas.

O estudo da FGV Direito Rio também registra a falta de transparência sobre o que vinha sendo tratado pelos órgãos, uma vez que a agenda regulatória só passou a ser divulgada em 2019. De acordo com Bianca Medeiros, a falta da agenda dificulta o planejamento do setor e favorece que as normas sejam elaboradas conforme os problemas aparecem sem um "plano de ação" mais claro. Isso também impede que a população tenha maior conhecimento sobre como o setor tem se organizado.

Os pesquisadores verificaram, ainda, uma fragmentação sobre dois aspectos da regulação das águas: quantidade e qualidade. Enquanto a ANA e o CNRH regularam mais sobre a quantidade, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) regula a qualidade da água. "Essa fragmentação dificulta a coordenação entre os órgãos na propositura de políticas mais robustas para o setor das águas", explica Natasha Salinas.

CSN aprova IPO para unidade de mineração

A Companhia Siderúrgica Nacional informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em reunião realizada no último dia18, o conselho de administração da companhia aprovou novo plano de negócios da controlada CSN Mineração S.A , tendo em vista projetos de expansão para exploração completa do potencial de suas reservas e recursos. A informação foi publicada nesta segunda-feira em fato relevante pela siderúrgica.

A ação da CSN chegou a subir mais de 5% na manhã desta segunda-feira, após o conselho de administração autorizar a companhia a tomar as medidas necessárias para realizar uma oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) de sua unidade de mineração, para financiar projetos de expansão para exploração completa do potencial de suas reservas e recursos.

Conforme a Reuters, analistas do Itaú BBA estimam, com base em dados preliminares, que a CSN Mineração possa valer R$ 30 bilhões, sem considerar a expansão de 10 milhões de toneladas que está planejada para começar em 2022, conforme relatório no final de agosto.

A companhia autorizou seus diretores a tomarem as medidas necessárias para a realização de oferta pública inicial de ações de emissão da CMIN, com o objetivo de financiar parte do plano de negócios da CMIN, além de criar valor para seus acionistas.

A companhia atua em toda a cadeia produtiva do aço, desde a extração do minério de ferro, até a produção e comercialização de uma diversificada linha de produtos siderúrgicos de alto valor agregado.

"A companhia manterá seus acionistas e o mercado informados sobre quaisquer atualizações relevantes em relação aos assuntos aqui tratados por meio de seus canais habituais de divulgação de informações periódicas e eventuais, quais sejam, o site da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 www.b3.com.br) e da companhia (http://ri.csn.com.br/)", onde também atualizou seu Formulário de Referência com o plano de negócios ora aprovado, tornando-o disponível.

Ativos do setor fiduciário da China caem pressionados por regulação

Os ativos do setor fiduciário da China registraram queda em meio a regulamentos financeiros mais rígidos para neutralizar riscos, mostram os dados Associação de Fiduciários da China. O total de ativos fiduciários atingiu 21,28 trilhões de iuanes (US$ 3,12 trilhões) no final do segundo trimestre, queda anual de 5,56%.

O declínio veio em meio aos esforços contínuos do governo para reprimir os negócios bancários paralelos de alto risco de empresas fiduciárias, que frequentemente estão sujeitas a menos supervisão regulatória.

No final do segundo trimestre, os investimentos pendentes de fundos fiduciários em empresas industriais e comerciais totalizavam 5,56 trilhões de iuanes, um aumento de 1,46% em comparação com o final do primeiro trimestre, indicando mais apoios à economia real.

AMARELINHO BARRA COOPERATIVA DE TÁXI LTDA
CNPJ N° 02.719.937/0001-47 / NIRE N° 33.4.000.3050-8
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO PUBLICADO EM 18 DE SETEMBRO DE 2020

O Diretor Presidente no uso de suas atribuições estatutárias e legais, através da presente retifica o Edital de convocação publicado em 18 de Setembro de 2020. **Onde se lê:** Assembleia Geral Ordinária, **leia-se** Assembleia Geral Extraordinária e **onde lê-se** Art. 44 da lei n.5764/71, **leia-se** Art. 46 da lei n.5764/71. Rio de Janeiro, 22 de Setembro de 2020.

Amarelinho Barra Cooperativa de Táxi LTDA
Weber Alves Brandão
Diretor Presidente

SUPERPESA TRANSPORTES, ENGENHARIA E FABRICAÇÃO S.A.
CNPJ/MF n. 37.513.014/0001-19
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A SUPERPESA TRANSPORTES, ENGENHARIA E FABRICAÇÃO S.A, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 37.513.014/0001-19, por meio de seu diretor-presidente, o Sr. João Alberto Machado Alves, torna público e convoca todos os acionistas para participarem da ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, que será realizada no dia 28 de setembro de 2020, às 11h00min, em primeira convocação, na sede social da Companhia, na Avenida Brasil, nº 42.301, Bairro Campo Grande, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 23.078-002, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia (i) As Demonstrações Financeiras retificadas da Superpesa Cia de Transportes Especiais e Intermodais – Em Recuperação Judicial e da Superpesa Industrial Ltda. – Em Recuperação Judicial; (ii) Aprovação dos laudos de avaliação da Superpesa Cia de Transportes Especiais e Intermodais – Em Recuperação Judicial e da Superpesa Industrial Ltda. – Em Recuperação Judicial, à luz das Demonstrações Financeiras retificadas; e (iii) Ratificação do processo de fusão e constituição da Companhia, e de todos os atos praticados pela Companhia desde então.

João Alberto Machado Alves - Diretor Presidente

NOTIFICAÇÃO APROVAÇÃO DA LIQUIDAÇÃO DO FUNCINE RIO 1 – FUNDO DE INVESTIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRÁFICA NACIONAL

A **GENIAL INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 27.652.684/0001-62, com sede na Rua da Candelária, nº 65, conjuntos 1701 e 1702, Centro, cidade e Estado do Rio de Janeiro ("**Administrador**") e a **LACAN INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 04.264.390/0001-68 ("**Gestor**") na qualidade de administradora fiduciária e gestora da carteira, respectivamente, do **FUNCINE RIO 1 – FUNDO DE INVESTIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRÁFICA NACIONAL**, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 11.870.275/0001-00 ("**FUNCINE**"), vêm, através desta, notificar formalmente a **SRS PLANET CINEMAS LTDA.**, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 13.250.172/0001-65, com sede na Avenida das Américas, n.º 1155 sala 1513, CEP: 22.631-903, Barra da Tijuca – Rio de Janeiro, representada por seus sócios SANDRO GONCALVES RODRIGUES e FERNANDO GONCALVES RODRIGUES DE SOUZA ("**Exibidora**"), em atenção aos termos do Contrato de Investimento, firmado em 27 de março de 2014, entre o FUNCINE e a Exibidora, conforme aditado ("**Contrato de Investimento**"), acerca da aprovação da liquidação do FUNCINE com a entrega dos ativos que integram a sua carteira, incluindo os direitos oriundos do Contrato de Investimento, diretamente aos seus cotistas ("**COTISTAS**"), de modo que os COTISTAS sucederão ao FUNCINE em relação a todos os direitos relativos à sua participação sobre os percentuais do faturamento bruto, conforme estabelecidos na Cláusula Terceira – "Do Retorno do Investimento para o FUNCINE" do Contrato de Investimento ora devidos ao FUNCINE, conforme deliberado na Assembleia Geral de Cotistas do FUNCINE, iniciada em 19 de dezembro 2019 e encerrada em 02 de abril de 2020, nos termos do artigo 86, §2º da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 398, de 28 de outubro de 2003, conforme alterada (respectivamente "**CVM**" e "**Instrução CVM n.º 398**").

Sendo o que nos cumpria para o momento, o Administrador e o Gestor colocam-se à inteira disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Rio de Janeiro,22 de setembro de 2020

Atenciosamente

FUNCINE RIO 1 – FUNDO DE INVESTIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATÓGRÁFICA NACIONAL representado por seu Administrador

GENIAL INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

LACAN INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

ageRio — GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2019

I – DATA, HORA e LOCAL: dia 09 de dezembro de 2019, às 15:00 (quinze horas), na sede da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A., situada na Avenida Rio Branco, nº 245, 3º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ. **II – MESA DOS TRABALHOS:** Presidente: Itaiana Camila de Jesus Testa Acampora, representante do Acionista Controlador; Secretária: Maria Cristina Gonçalves Bruno, Chefe de Gabinete da Presidência (GABIN) e responsável pela Secretaria de Governança da AGÊNCIA. **III – QUÓRUM DE INSTALAÇÃO:** Presentes os acionistas que representam a totalidade do capital social, conforme assinaturas no Livro de Presença, afastado, portanto, eventual vício de convocação por força do art. 124, §4º, da Lei 6.404/76. **IV – CONVOCAÇÃO:** Por ofício encaminhado aos acionistas, contendo a ordem do dia. **V – ORDEM DO DIA:** EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: 1 – Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório dos Administradores e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018; 2 – Deliberar sobre a proposta do Conselho de Administração para destinação do lucro líquido do exercício, distribuição de dividendos e de juros sobre capital próprio; 3 – Eleger os membros do Conselho de Administração, bem como fixar a respectiva remuneração; e 4 – Eleger os membros do Conselho Fiscal, bem como fixar a respectiva remuneração; EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: 1 – Alteração do caput do art. 6º do Estatuto Social (...) 2 – Alteração do art. 14 (...) 3 – Alteração da alínea "i" do inciso II do art. 15 do Estatuto Social (...) 4 – Alteração do nome de "Comitê de Elegibilidade" para "Comitê de Elegibilidade e Remuneração" no Título do art. 33, nos incisos VII do art. 15 e V do art. 28 e no Parágrafo Único do art. 33, bem como do art. 33 do Estatuto Social (...) 5 – Alterações (i) do art. 35 (...), e de (ii) seu §1º (...), bem como inclusão dos (iii) §§4º (...), e (iv) 5º no citado artigo no Estatuto Social (...). 6 – Exclusão do §3º do art. 38 do Estatuto Social (...) 7 – Inclusão de parágrafo (§) no art. 54 do Estatuto Social (...) 8 – Exclusão do inciso VI do art. 55 do Estatuto Social (...) 9 – Alteração do inciso IX do art. 55 do Estatuto Social (...) 10 – Consolidação do Estatuto Social após as alterações dos itens 1 a 9 acima. (...) **VII – DELIBERAÇÕES:** EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: 1 – Pela aprovação do Relatório dos Administradores e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 (...); 2 – Pela aprovação: 2.1) da destinação do lucro líquido do exercício de 2018 (...); e 2.2) da distribuição de dividendos mínimos obrigatórios (...). Em relação aos juros sobre o capital próprio, distribuído o valor de R$ 2.447.141,55 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil, cento e quarenta e um reais e cinquenta e cinco centavos), (...); 3 – Pela eleição dos seguintes membros para compor o Conselho de Administração, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que se realizará em 2021 (...): **LUCAS TRISTÃO DO CARMO (...); BRUNO CESAR MASIERO RIGO (...); VINÍCIUS SARCIA ROCHA (...); HENRIQUE DE CASTRO AUGUSTO ALVARENGA (...); GOTHARDO LOPES NETTO (...); ALEXANDRE RODRIGUES PEREIRA (...); e FÁBIO EDUARDO GALVÃO FERREIRA COSTA (...)**; e 4 – Pela eleição dos seguintes membros para compor o Conselho Fiscal, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que se realizará em 2021 (...): 4.1 – Efetivos: **CELSO MARCON (...); CHERYL BERNO (...); PRISCILA HAIDAR SAKALEM (...); SERGIO RICARDO CIAVOLIH MOTA (...); e JOSÉ EDUARDO DA ROCHA VELHO (...);** e 4.2 – Suplentes: **BERNARDO FEIJÓ SAMPAIO BERWANGER (...); MARCELO CORDEIRO BERTOLUCCI (...); AFFONSO D'ANZICOURT E SILVA (...); STEPHANIE GUIMARÃES DA SILVA (...); e PAULO ROBERTO WERNECK MACIEL (...).** EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: Pela aprovação dos itens 1 a 10 da ordem do dia, passando o Estatuto Social a vigorar (...) **IX – ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar e ninguém desejando manifestar-se, encerraram-se os trabalhos, lavrando-se esta ata que, lida e aprovada, foi por todos assinada. Presidente: Sra. Itaiana Camila de Jesus Testa Acampora; Secretária: Sra. Maria Cristina Gonçalves Bruno; Acionistas: Estado do Rio de Janeiro, representado pela Sra. Itaiana Camila de Jesus Testa Acampora, (...) e Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro – CODIN, representada por seu Diretor-Presidente, Sr. Fábio Eduardo Galvão Ferreira Costa. **OBSERVAÇÕES:** 1 – Este documento é parte transcrita da Ata lavrada no livro respectivo de Atas das Assembleias Gerais n° 03, fls. 080 a 108. 2 – A Ata original relativa a este Extrato foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA em 10/07/2020 sob o nº 00003894511. Maria Cristina Gonçalves Bruno – Secretária.

ACREDITE SE PUDER

Nelson Priori
npriori@monitormercantil.com.br

Grandes empresários preferem fechar o capital de suas empresas

Com planos para fechar o capital das suas companhias, empresários querem evitar mercados voláteis e investidores cada vez mais ativos. Os principais acionistas de algumas empresas já anunciaram US$ 26 bilhões em transações para a deslistagem, o que significa um aumento de cerca de 2.500% em relação a 2019, segundo dados compilados pela Bloomberg. Muitas das operações envolvem fundadores ultrarricos que foram ajudados por financiamento barato e pelo fraco desempenho das ações das suas empresas num momento em que o mercado mais amplo está crescendo.

Isabelle Toledano-Koutsouris, responsável por mercados de capital privado para a Europa, Oriente Médio e África do UBS, revela que, embora tenhamos visto mais companhias que decidiram permanecer privadas por mais tempo nos últimos dois anos, foi observada tendência em que empresas cotadas procuraram fechar o capital. E brinca: "O setor de private equity que se cuide: há alguns novos compradores no mercado e eles conhecem os seus alvos melhor do que ninguém."

Proprietários bilionários como o japonês Masayoshi Son e o magnata da media francês Patrick Drahi tentam recomprar suas ações. Son, presidente do conselho do SoftBank, voltou a estudar a ideia de fechar o capital do conglomerado japonês, sempre comparando a lacuna entre o valor de mercado de US$ 126 bilhões e o de sua vasta carteira de investimentos, o que deixa uma grande frustação. Drahi ofereceu € 2,5 bilhões para comprar as ações que ainda não possui na operadora de telecomunicações Altice Europe.

Há duas semanas, a startup alemã Rocket Internet anunciou os planos de retirar as suas ações das bolsas de Frankfurt e Luxemburgo. A empresa, que tem os irmãos bilionários Samwer como acionistas, disse que a listagem no mercado já não é a melhor maneira de captar recursos e que pode contar com financiamento privado para a expansão futura. Indivíduos ricos buscam essas operações num momento em que a atividade geral de acordos permanece estagnada: o valor das fusões e aquisições caiu 33% desde janeiro, fonte Bloomberg. Firmas de private equity, compradoras tradicionais de ativos indesejados, ficaram em grande parte à margem: os investimentos caíram 15% neste ano, apesar dos volumes recordes de reservas.

China altera regras, mas procura da Ant sobe

A Ant foi atingida por uma série de novas regulamentações com o objetivo de reduzir riscos no setor financeiro online da China. Os reguladores restringiram as fontes de financiamento de pequenos empréstimos, limitaram os juros e impuseram novos requisitos de capital e licença à Ant e a outros conglomerados. Enganaram-se os que acreditaram que poderia haver uma desmotivação dos investidores no IPO da Ant Group, de Jack Ma, que pretende levantar pelo menos US$ 35 bilhões – € 29,7 bilhões – na sua oferta pública inicial (IPO) depois de avaliar o interesse junto de investidores, afirmam fontes com conhecimento do assunto. O valor coloca a fintech chinesa no caminho para uma oferta de estreia recorde.

A Ant elevou a meta do IPO com base numa acima das estimativas anteriores de US$ 225 bilhões. Anteriormente, a empresa esperava levantar pelo menos US$ 30 bilhões. A listagem simultânea da Ant em Hong Kong e Xangai pode resultar no maior IPO de todos os tempos, superando a oferta recorde da Saudi Aramco, de US$ 29 bilhões. O valor de mercado da Ant poderia superar o do Bank of America, e com mais do dobro do tamanho do Citigroup. Entre os bancos americanos, apenas o JPMorgan Chase é maior, com um valor de mercado de US$ 300 bilhões.

A Ant recebeu sinal verde de reguladores em Xangai na sexta-feira para prosseguir com a venda pública de ações. A empresa com sede em Hangzhou tem uma audiência marcada com a Bolsa de Valores de Hong Kong na quinta-feira para superar o próximo obstáculo, . A Ant não quis comentar num comunicado enviado por e-mail.

A Ant, que cresceu a partir da aplicação de pagamentos Alipay, agora obtém a maior parte da receita com empréstimos rápidos a consumidores, impulsionando os crescentes gastos desse segmento na China. A Ant também gere uma empresa de seguros e fundos do mercado monetário, além de fornecer pontuação de crédito e serviços tecnológicos ao setor financeiro.

O Alipay tem 711 milhões de utilizadores ativos, principalmente na China, que usam a plataforma para comprar de tudo, desde um café rápido até propriedades, tendo gerado US$ 17 triliões em pagamentos nos 12 meses até junho.

Cyrela toma mais grana do mercado

A ação da Cury estreou na B3 na sessão desta segunda-feira em baixa de 4,81% a R$ 8,90. A incorporadora fixou na última quinta-feira o preço de sua ação a R$ 9,35 em sua oferta pública inicial (IPO), levantando R$ 977,5 milhões. O preço ficou abaixo da faixa indicativa, que ia de R$ 11,00 a R$ 14,30. Dos recursos captados, só R$ 170 milhões vão para a empresa, pois o restante foi para a comissão dos bancos Itaú, Bank of America e Caixa e para os executivos Fabio Cury, Paulo Curi e Leonardo Cruz foram os vendedores na tranche secundária.

O governo acha que o brasileiro é tolo e quer porque quer recriar a CPMF. Quantos milhões deixou de arrecadar por não ter criado um importo sobre essas vendas absurdas de ações?

Bancos colaboraram para lavar dinheiro

O Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos mostrou documentos do Governo dos Estados Unidos revelando que bancos desafiaram leis contra a lavagem de dinheiro, transferindo cerca de US$ 2 trilhões em operações suspeitas entre 1999 e 2017.

RenovaBio atinge 9 milhões de créditos de carbonização

Volume representa 62% da meta compulsória da ANP para o ano de 2020

Quatro anos após lançamento, o RenovaBio – que visa expandir a produção de biocombustíveis no Brasil – atingiu a marca de 9 milhões de créditos de carbonização. O RenovaBio é um programa do Governo Federal, lançado pelo Ministério de Minas e Energia, em dezembro de 2016. O programa baseia a expansão da produção de biocombustíveis na previsibilidade, na sustentabilidade ambiental, econômica e social, e compatível com o crescimento do mercado.

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) é responsável pelo processo de certificação da produção e importação de biocombustíveis, pela individualização das metas nacionais de descarbonização para os distribuidores de combustíveis e a checagem do seu cumprimento e pela Plataforma CBIO: sistema informatizado desenvolvido junto ao Serpro para garantir o lastro do Crédito de Descarbonização (CBIO).

O RenovaBio é composto por três eixos estratégicos: 1) Metas de Descarbonização; 2) Certificação da Produção de Biocombustíveis; e 3) Crédito de Descarbonização (CBIO).

Na última sexta-feira, a ANP realizou um webinar sobre a renovação da certificação da produção eficiente de biocombustíveis. Foram apresentados os critérios definidos pela ANP, em conjunto com o Grupo Técnico do RenovaBio, para processos de renovação de unidades produtoras já certificadas. O evento contou com mais de 140 participantes de produtores de biocombustíveis, firmas inspetoras e consultores.

Segundo a superintendente adjunta de Biocombustíveis e Qualidade de Produtos da ANP, Danielle Conde, "a ideia hoje é construir mais um degrau na evolução do RenovaBio. Conforme vamos avançando, vamos detalhando e aprimorando todo o rol de procedimentos necessários para que esse programa tenha cada vez mais sucesso".

Meta

O evento ocorreu na semana em que o RenovaBio atingiu a marca de 9 milhões de créditos de descarbonização (CBIOs), o que representa 62% da meta compulsória para o ano de 2020 estabelecida pela Resolução CNPE nº 8/2020.

Do total de CBIOs emitidos, aproximadamente 818 mil já foram adquiridos por distribuidores de combustíveis (parte obrigada ao cumprimento de metas individuais do RenovaBio), enquanto 42 mil CBIOs foram adquiridos por partes não obrigadas (empresas e pessoas físicas sem meta).

Na semana passada foram realizadas as primeiras operações de aposentadoria de CBIOs por distribuidores de combustíveis. Anteriormente já haviam sido realizadas aposentadorias por partes não obrigadas. Um CBIO poderá ser negociado no mercado enquanto não houver sua aposentadoria.

Conforme a ANP, distribuidores de combustíveis farão a comprovação do atendimento das suas metas individuais por meio da aposentadoria de CBIOs anteriormente adquiridos. A Resolução CNPE nº 8/2020 definiu que as metas individuais dos distribuidores de combustíveis serão reduzidas na mesma proporção dos CBIOs aposentados por agentes não obrigados.

Quase 6 décadas após fundação, Cury construtora estreia na B3

Incorporadora levantou R$ 977,5 milhões

A Cury Construtora (ticker CURY3) concluiu nesta segunda-feira a sua oferta pública inicial (IPO) na B3, mas sua ação registrou queda na estreia. Às 10h25 (horário de Brasília), o ativo marcava queda de 4,81%, a R$ 8,90.

A incorporadora fixou na última quinta-feira (17) o preço de sua ação a R$ 9,35 em sua oferta pública inicial (IPO), levantando R$ 977,5 milhões. O preço ficou abaixo da faixa indicativa, que ia de R$ 11,00 a R$ 14,30. Do arrecadado, cerca de R$ 170 milhões correspondem a oferta primária e serão destinados ao caixa da empresa. Itaú, Bank of America e Caixa coordenaram a oferta.

Realizado em formato de live, atendendo as medidas de distanciamento social, o evento contou com a participação do CEO da B3, Gilson Finkelsztain, e Fábio Elias Cury, CEO da Cury, conectados com os demais executivos da companhia e conselheiros de administração. O momento do toque de campainha também contou com uma convidada especial: Olívia, de apenas 8 meses, filha do CEO da Cury.

Além da Cyrela, os executivos Fabio Cury, Paulo Curi e Leonardo Cruz foram os vendedores na tranche secundária. BTG, Itaú, Bank of America e Caixa coordenaram a oferta. Os recursos captados pelo IPO serão direcionados pela Cury para a aquisição de terrenos.

A Cury é uma construtora brasileira que atua nos segmentos de construção civil, incorporação e mercado imobiliário para público de baixa renda. Atualmente é parte do grupo Cyrela. Foi fundada por Elias Cury na cidade de São Paulo em 1962, originalmente como Cury Empreendimentos. A companhia atua nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro.

"Queria parabenizar a Cury pelo sucesso da oferta. Tenho certeza de que estão orgulhosos em ver uma empresa familiar dar um passo tão importante em sua trajetória. O uso do mercado de capitais como fonte de captação ajudou a impulsionar o setor imobiliário, mesmo num cenário desafiador, num momento em que o Brasil precisa retomar sua rota de crescimento, e a Cury é um grande exemplo", comentou Gilson Finkelsztain, CEO da B3 durante a transmissão do IPO.

"Estamos aqui hoje para relembrar nosso passado, pois é partir dele que planejamos nosso futuro. Elias e Charles Cury iniciaram essa jornada, que agora passamos a compartilhar com outras pessoas que também acreditam nela. Desde a nossa fundação, temos a missão de ajudar milhares de famílias a realizar o sonho da casa própria. Continuaremos com a missão de reduzir o déficit habitacional, com moradias de alta qualidade e acessíveis para todas as famílias. Temos muitos planos e projetos, mas sempre respeitando a nossa essência e os nossos clientes, o motivo da nossa existência", destacou Fábio Cury, sócio-diretor da Cury, em seu discurso antes do toque de campainha.

A Oferta foi feita nos termos da ICVM 400, sob a coordenação do Banco BTG Pactual (Coordenador Líder), do Itaú BBA, Bank of America e da Caixa Econômica Federal (Coordenadores da Oferta). Com a realização de seu IPO, a Cury Construtora passa a ser a 151ª empresa listada no Novo Mercado, segmento com os mais elevados padrões de governança corporativa.

Conforme o prospecto, o lucro líquido da Cury foi de R$ 204,057 milhões em 2019, ante R$ 176,01 milhões de 2018 e de R$ 128,77 milhões de 2017. Já a receita líquida foi de R$ 1,019 bilhão no ano passado, ante R$ 920,253 milhões em 2018 e de R$ 814,385 milhões em 2017. A companhia informou que, em 2019, fez 14 lançamentos realizados, representando um total de R$ 1,140 bilhão em Valor Geral de Vendas (VGV).

Bradesco considera cisão e listagem da sua corretora Ágora

O segundo maior banco privado do país, o Bradesco, está considerando a cisão e listagem de sua corretora Ágora, disseram nesta segunda-feira à Reuters analistas do Goldman Sachs em nota a clientes.

"O plano do Bradesco é levantar capital com a intenção de financiar os investimentos da Ágora em recursos humanos, marketing, M&A horizontais e governança corporativa para se preparar para um eventual IPO", escreveram os analistas, acrescentando que os planos foram revelados por executivos da área de relações com investidores do banco em videoconferência.

Leandro Miranda, diretor de relações com investidores do Bradesco, disse que um IPO ocorrerá dentro de 4 a 5 anos, enquanto a cisão acontecerá no final do ano.

A Ágora tem 500 mil clientes e R$ 65 bilhões em ativos sob custódia, mas a expectativa é que alcance R$ 200 bilhões, uma vez que o Bradesco levar parte de suas clientes para a Ágora. Atualmente, a única corretora do Brasil listada é a XP Inc, que tem uma capitalização de mercado de quase US 24 bilhões na Nasdaq, com R$ 436 bilhões em ativos sob custódia.

ageRio — GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2020

I – DATA, HORA e LOCAL: dia 23 de março de 2020, às 15:00 (quinze horas), na sede da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A., situada na Avenida Rio Branco, n° 245, 3° andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ. **II – MESA DOS TRABALHOS:** Presidente: Fernanda de Lima Santos, representante do Acionista Controlador; Secretária: Maria Cristina Gonçalves Bruno, Chefe de Gabinete da Presidência e responsável pela Secretaria de Governança da AGÊNCIA. **III – QUÓRUM DE INSTALAÇÃO:** Presentes os acionistas que representam a totalidade do capital social, conforme assinaturas no Livro de Presença, afastado, portanto, eventual vício de convocação por força do art. 124, §4º, da Lei 6.404/76. **IV – CONVOCAÇÃO:** Por ofício encaminhado aos acionistas, contendo a ordem do dia. **V – ORDEM DO DIA: 1** – Alteração do caput do art. 6º do Estatuto Social (...) 2 – Alteração do caput do art. 15 (...) 3 – Alteração da alínea "f" do inciso II do art. 15 do Estatuto Social (...) 4 – Alteração do inciso IV do art. 15 do Estatuto Social (...) 5 – Alteração do inciso VI do art. 15 do Estatuto Social (...) 6 – Inclusão do inciso XII ao art. 15 do Estatuto Social (...) 7 – Inclusão do inciso XIII ao art. 15 do Estatuto Social (...) 8 – Inclusão do inciso XIV ao art. 15 do Estatuto Social (...) 9 – Inclusão do inciso XV ao art. 15 do Estatuto Social (...) 10 – Inclusão do inciso XVI ao art. 15 do Estatuto Social (...) 11 – Inclusão do inciso XVII ao art. 15 do Estatuto Social (...) 12 – Inclusão do inciso XVIII ao art. 15 do Estatuto Social (...) 13 – Alteração do caput do art. 16 e exclusão de seu §1º do Estatuto Social (...) 14 – Alteração do §2º do art. 16 do Estatuto Social (...) 15 – Exclusão do §3º do art. 16 do Estatuto Social (...) 16 – Alteração do §4º do art. 16 do Estatuto Social (...) 17 – Renumeração do §5º para §3º do art. 16 do Estatuto Social. 18 – Exclusão do §6º do art. 16 do Estatuto Social (...) 19 – Renumeração do §7º para §5º do art. 16 do Estatuto Social. 20 – Alteração do §1º do art. 17 do Estatuto Social (...) 21 – Inclusão do §4º ao art. 17 do Estatuto Social (...) 22 – Renumeração do §4º para §5º do art. 17 do Estatuto Social. 23 – Alteração do inciso IV do art. do art. 18 do Estatuto Social (...) 24 – Alteração do inciso X do art. do art. 18 do Estatuto Social (...) 25 – Alteração do inciso XVI do art. do art. 19 do Estatuto Social (...) 26 – Alterações dos incisos VIII e IX do art. do art. 20 do Estatuto Social (...) 27 – Renumeração do inciso I do Parágrafo Único do art. 20 para inciso X do art. 20 do Estatuto Social. 28 – Exclusão do caput do Parágrafo Único do art. 20 do Estatuto Social (...) 29 – Exclusões dos incisos II e III do Parágrafo Único do art. 20 do Estatuto Social (...) 30 – Alteração do art. 22 do Estatuto Social (...) 31 – Exclusão do §1º do art. 27 do Estatuto Social (...) 32 – Renumeração do §2º do art. 27 para Parágrafo Único do art. 27 do Estatuto Social. 33 – Alteração do §1º do art. 28 do Estatuto Social (...) 34 – Alteração do §2º do art. 28 do Estatuto Social (...) 35 – Alteração do §1º do art. 33 do Estatuto Social (...) 36 – Alteração do caput do art. 35 do Estatuto Social (...) 37 – Alteração do §3º do art. 35 do Estatuto Social (...) 38 – Exclusão do §4º do art. 35 do Estatuto Social (...) 39 – Renumeração do §5º para §4º do art. 35 do Estatuto Social. 40 – Alteração do caput do art. 56 do Estatuto Social (...) 41 – Consolidação do Estatuto Social após as alterações dos itens 1 a 40 acima. **VI – DELIBERAÇÃO:** Pela aprovação dos itens 1 a 40 da ordem do dia, passando o Estatuto Social a vigorar (...) **VIII – ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar e ninguém desejando manifestar-se, encerraram-se os trabalhos, lavrando-se esta ata que, lida e aprovada, foi por todos assinada. Presidente: Sra. Fernanda de Lima Santos; Secretária: Sra. Maria Cristina Gonçalves Bruno; Acionistas: Estado do Rio de Janeiro, representado pela Sra. Fernanda de Lima Santos (...) e Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro – CODIN, representada por seu Diretor-Presidente, Sr. Fábio Eduardo Galvão Ferreira Costa. **OBSERVAÇÕES:** 1 – Este documento é parte transcrita da Ata lavrada no livro respectivo de Atas das Assembleias Gerais n° 4, fls. 2 a 26. 2 – A Ata original relativa a este Extrato foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA em 23/07/2020 sob o nº 00003901567. Maria Cristina Gonçalves Bruno – Secretária.

Cooperativa Habitacional Operaria SERP (em liquidação)
Edital de Convocação
Assembleia Geral Ordinaria

Ficam pelo presente convocados os cooperativados da Cooperativa Habitacional Operária SERP (em liquidação) para a Assembléia Geral Ordinaria que se realizará na sede da Cooperativa situada na Av.Treze de Maio n213 sala1020 nesta, no dia 05 de outubro de 2020,em primeira convocação as 8 hs com presença de 2/3 dos cooperativados, as 9 hs em segunda convocação com presença mínima de metade mais de um e em terceira e ultima convocação as 10 hs com qualquer numero de cooperativados presentes, objetivando deliberar sobre a seguinte. ORDEM DO DIA: a) Eleição e posse do liquidante da Cooperativa por vacância do cargo para complementação do mandato do ano 2015/2020 a ser expirar em 31/12/2020, tendo em vista o falecimento do liquidante Jorge Marcos de Carvalho Gusmão.

Rio de janeiro, 22 de setembro de 2020
Paulo Roberto Pacheco do Amaral
Presidente do Conselho Fiscal

ageRio — GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2020, POR MEIO DE ASSEMBLEIA DIGITAL

I – DATA, HORA e LOCAL: dia 28 de abril de 2020, às 15:00 (quinze horas), na sede da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A., situada na Avenida Rio Branco, n° 245, 6° andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, conforme disposto no art. 1º, §3º, da Instrução Normativa DREI nº 79, de 14 de abril de 2020. **II – MESA DOS TRABALHOS:** Presidente: Fernanda de Lima Santos, representante do Acionista Controlador; Secretária: Maria Cristina Gonçalves Bruno, Chefe de Gabinete da Presidência (GABIN) e responsável pela Secretaria de Governança da AGÊNCIA. **III – QUÓRUM DE INSTALAÇÃO:** Presentes os acionistas que representam a totalidade do capital social, afastado, portanto, eventual vício de convocação por força do art. 124, §4º, da Lei 6.404/76. **IV – CONVOCAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E VOTAÇÃO À DISTÂNCIA:** Por ofício encaminhado aos acionistas, contendo a ordem do dia e informando tratar-se de **assembleia digital** (...) **V – ORDEM DO DIA:** 1 – Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório dos Administradores e as Demonstrações Financeiras e Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019; e 2 – Deliberar sobre a proposta do Conselho de Administração para destinação do lucro líquido do exercício, distribuição de dividendos e de juros sobre capital próprio. **VI – DELIBERAÇÕES:** (...) 1 – Pela aprovação do Relatório dos Administradores e das Demonstrações Financeiras e Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (...); 2 – Pela aprovação: 2.1) da destinação do lucro líquido do exercício de 2019 (...); 2.2) da distribuição de dividendos mínimos obrigatórios (...); e 2.3) em relação aos juros sobre o capital próprio, da distribuição do valor de R$ 2.788.962,63 (dois milhões, setecentos e oitenta e oito mil, novecentos e sessenta e dois reais e sessenta e três centavos), (...). (...) **VIII – ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar e ninguém desejando manifestar-se, encerraram-se os trabalhos, lavrando-se esta ata que, lida e aprovada, foi por todos assinada. Presidente: Sra. Fernanda de Lima Santos; Secretária: Sra. Maria Cristina Gonçalves Bruno; Acionistas: Estado do Rio de Janeiro, representado pela Sra. Fernanda de Lima Santos (...) e Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro – CODIN, representada por seu Diretor-Presidente, Sr. Fábio Eduardo Galvão Ferreira Costa. (...) **OBSERVAÇÕES:** 1 – Este documento é parte transcrita da Ata lavrada no livro respectivo de Atas das Assembleias Gerais n° 4, fls. 27 a 29. 2 – A Ata original relativa a este Extrato foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA em 20/08/2020 sob o nº 00003919535. Maria Cristina Gonçalves Bruno – Secretária.

Assine o jornal Monitor
(21)3849-6444

ageRio — GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DA ATA DA 82ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. – AGERIO

Aos 06 (seis) dias do mês de janeiro do ano de 2020, por meio do mecanismo de votação eletrônica (...), reuniu-se o Conselho de Administração da AgeRio composto pelo Sr. Presidente em exercício Tito Bruno Bandeira Ryff e pelos Srs. Conselheiros Alberto Messias Mofati, Alexandre Rodrigues Pereira, Carla Christina Fernandes Pinheiro e Maria da Conceição Gomes Lopes Ribeiro. (...) Presidente da Mesa: Tito Bruno Bandeira Ryff. Secretária da Mesa: Maria Cristina Gonçalves Bruno. 1 – O Conselho de Administração apresentou o seguinte assunto da Ordem do Dia: **1.1 DESTITUIÇÃO DO DIRETOR JOSÉ RÔMULO BENJAMIM PEREIRA: (...) DELIBERAÇÃO: (...)** o Conselho de Administração destitui o Sr. **JOSÉ RÔMULO BENJAMIM PEREIRA** para o cargo de Diretor sem designação específica desta AGÊNCIA. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho de Administração deu por encerrada a reunião. Eu, Maria Cristina Gonçalves Bruno, Chefe de Gabinete da Presidência (GABIN), responsável pela Secretaria de Governança da AGÊNCIA, com o auxílio de Adriana Osório Caldeira, Assessora Especial do Gabinete da Presidência, lavrei a presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente em exercício e pelos Conselheiros presentes. **OBSERVAÇÕES:** 1 – Este documento é parte transcrita da Ata lavrada no livro respectivo de Atas das Reuniões do Conselho de Administração n° 8, fl. 059. 2 – A Ata original relativa a este Extrato foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA em 17/01/2020 sob o nº 00003836741. Maria Cristina Gonçalves Bruno – Secretária.

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL – COMARCA DA CAPITAL/RJ. EDITAL de 1º e 2º PÚBLICO LEILÃO ON LINE/PRESENCIAL (HÍBRIDO), e INTIMAÇÃO com prazo de 05 (cinco) dias, extraído dos autos da Ação de Cobrança de Cotas Condominiais proposta pelo CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO BETTY em face de ELIAS ABRÃO NETO - Processo nº 0135358-41.2014.8.19.0001, passado na forma abaixo: A DRA ANA LÚCIA VIEIRA DO CARMO - Juíza de Direito Titular da Vara acima, FAZ SABER aos que o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, especialmente a ELIAS ABRÃO NETO – CPF Nº. 107.858.057-02, na forma do Art. 889 - Inciso I e §Único c/c 270 e 272 todos do CPC, de que no dia 28/09/2020 às 13:00 horas, será aberto o 1º Público Leilão Híbrido, na sede do Sindicato dos Leiloeiros do Rio de Janeiro, com endereço à Av. Erasmo Braga nº. 227 – Sala 1008, Centro/RJ, concomitantemente através do Portal de Leilões On-line - www.gustavoleiloeiro.lel.br, pelo Leiloeiro Público GUSTAVO PORTELLA LOURENÇO, acima da avaliação, ou no dia 01/10/2020, o 2º Público Leilão Híbrido a partir de 50% do valor da avaliação, o imóvel situado na **PRAIA DE BOTAFOGO, nº 80 - APTO 903, BOTAFOGO/RJ**. Avaliação – **R$ 900.000,00 (novecentos mil reais)**. Conforme certidão do 03º RGI – matriculado sob o nº 47.455, descrito como Apartamento 903, com direito a uma vaga na garagem do Edifício nº 80 da Praia de Botafogo, e sua correspondente fração ideal de 270/20000 do domínio útil do respectivo terreno, na Freguesia da Lagoa, FOREIRO À UNIÃO FEDERAL, constando no ato R - 7 PARTILHA: em favor de Elias Abrão Neto, brasileiro, solteiro; R - 8 PENHORA: Oriunda da presente ação. Débito de IPTU - 2013 a 2020, valor de R$ 35.740,42, mais os acréscimos legais. Taxa de Incêndio – FUNESBOM, inscrição nº. 2113950-6, 2015 a 2018, valor de R$ 625,02. Débito da Ação no valor atualizado de R$ 307.243,73. A venda se dará livre e desembaraçada, dos débitos de IPTU e Taxas, na forma do Art. 130, § Único do CTN c/c 908 do CPC. Condição de pagamento: à vista, ou caução de 30%, acrescido da comissão ao leiloeiro de 5%, complementação em 15 dias, custas de cartório de 1% até o máximo permitido em lei. Demais informações serão prestadas na ocasião do pregão suprindo, assim, qualquer omissão porventura existente neste Edital. Fica o devedor, o coproprietário, os usufrutuários, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada e o promitente comprador e vendedor, pelo presente edital intimados dos Leilões, suprindo assim a exigência contida no Art. 889 – Inciso I e § Único do CPC. As certidões estão nos autos. E para que cheque ao conhecimento de todos os interessados, está publicado edital na íntegra no site de leilões on-line: www.gustavoleiloeiro.lel.br, e www.sindicatodosleiloeirosrj.com, de acordo com o Art. 887 § 2º e 3º do CPC. Rio de Janeiro, 25/09/2020. Eu, Solange dos Santos Garcia - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/ 124156, o fiz datilografar e subscrevo.